



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas
Colegiado do Curso de Engenharia de Produção



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**ENGAJAMENTO CÍVICO: UMA ANÁLISE DE METODOLOGIAS DE
INTERVENÇÃO EM GRUPOS DE SAÚDE MENTAL APLICADAS PELA
UFOP E DCU.**

POLLINI OLIVEIRA PASSOS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
JOÃO MONLEVADE
Março, 2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas
Colegiado do Curso de Engenharia de Produção



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Pollini Oliveira Passos

Trabalho de Conclusão do Curso de Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Ouro Preto campus, João Monlevade.

Orientação: Prof^o Me. Wagner Ragi Curi Filho

JOÃO MONLEVADE

Março, 2017



TERMO DE RESPONSABILIDADE

O texto do trabalho de conclusão de curso intitulado “ENGAJAMENTO CÍVICO: UMA ANÁLISE DE METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO EM GRUPOS DE SAÚDE MENTAL APLICADAS PELA UFOP E DCU” é de minha inteira responsabilidade. Declaro que não há utilização indevida de texto, material fotográfico ou qualquer outro material pertencente a terceiros sem o devido referenciamento ou consentimento dos referidos autores.

João Monlevade, 24 de Março de 2017

POLLINI OLIVEIRA PASSOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas
Colegiado do Curso de Engenharia de Produção
ATA DE DEFESA



Aos vinte quatro dias do mês de março de 2017, às 14:00 horas, na sala B.303 deste instituto, foi realizada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso pelo (a) aluno (a) Pollini Oliveira Passos, sendo a comissão examinadora constituída pelos professores: Prof. Wagner Ragi Curi Filho, Prof. Thiago Augusto de Oliveira Silva e Prof. Jean Carlos Machado Alves. O (a) aluno (a) apresentou o trabalho intitulado: Engajamento cívico: uma análise de metodologias de intervenção em grupos de saúde mental aplicadas pela UFOP e DCU. A comissão examinadora deliberou, pela:

() Aprovação

(x) Aprovação com Ressalva - Prazo concedido para as correções: 30 dias

() Reprovação com Ressalva - Prazo para marcação da nova banca: _____

() Reprovação

do(a) aluno (a), com a nota 93. Na forma regulamentar e seguindo as determinações da resolução COEP12/2015 foi lavrada a presente ata que é assinada pelos membros da comissão examinadora e pelo (a) aluno(a).

João Monlevade, 24 de março de 2017.

Prof. Me. Wagner Ragi Curi Filho (orientador)

Prof. Dr. Thiago Augusto de Oliveira Silva

Prof. Me. Jean Carlos Machado Alves

Pollini Oliveira Passos

AGRADECIMENTO

Primeiramente à Luz que me guia, meu Deus, que nunca me abandonou sequer por um momento. À minha família pelo Amor e por todas as condições que me foram dadas para aqui estar. Aos estimados mestres que tive durante toda minha jornada, que hoje compõem não só esta obra, mas a obra da minha vida. À Universidade Federal de Ouro Preto que, por meio de sua estrutura e da força de todas as pessoas que a compõem, permitiu que eu realizasse meus sonhos mais improváveis. A todos os meus amigos e a todos citados anteriormente: Muito Obrigada!

RESUMO

As constantes e aceleradas transformações na forma de se organizar das sociedades tem demandado das universidades uma leitura da realidade que atenda às necessidades locais, além de aprimorar práticas já existentes. Neste cenário, a extensão universitária apresenta-se como um dos pilares das instituições de ensino superior, juntamente ao ensino e pesquisa, como forma de superação da realidade vigente, por meio de uma interação dialógica com saberes populares locais. Para viabilizar as práticas extensionistas, metodologias que incitam ações coletivas tem sido moduladas nas últimas décadas, afim de criar um campo, onde, diferentes apreensões da realidade se conversem para construir novos cenários. Desta forma, este trabalho traz uma análise comparativa sobre como se deram as intervenções de dois projetos de extensão de duas instituições de ensino superior que buscaram a participação coletiva entre usuários, familiares e profissionais de saúde na construção de novos serviços de saúde mental em suas localidades. O estudo tem caráter qualitativo, adotando uma pesquisa de conhecimentos empíricos abordados sob o paradigma construtivista, pois o mesmo preocupa-se com a descrição dos fatores e a subjetividade que os permeiam. Para nortear as análises e discussões, foram adotados critérios comparativos como procedimento: estratégias para extensão universitária, objetivos dos projetos, estrutura dos projetos e intervenções. Por meio da análise, foi possível identificar que, embora as universidades e seus projetos tenham adotado diferentes abordagens perante às intervenções nos grupos, ambos corroboram com a ideia de construção coletiva de conhecimentos, das demandas das sociedades e do perfil e habilidades das pessoas, quer elas sejam do mundo acadêmico ou não, para que sejam concretizadas melhorias nos serviços oferecidos de saúde mental.

Palavras-chave: Extensão Universitária, *Civic Engagement*, Política de Saúde Mental, Economia Solidária, Autogestão, Tecnologia Social, *Participatory Action*, *Open Dialog*.

ABSTRACT

The constant and accelerated transformations in the way of organizing of the societies has demanded of the universities a reading of the reality that meets the local necessities, besides improving already existing practices. In this scenario, civic engagement is one of the pillars of higher education institutions, along with learning and research, as a way of overcoming current reality, through a dialogical interaction with local popular knowledge. In order to make feasible the extensionist practices, methodologies that incite collective actions have been modulated in the last decades, in order to create a field, where different apprehensions of reality are talked about to construct new scenarios. Therefore, this study brings a comparative analysis of the interventions of two extension projects of two higher education institutions that sought collective participation among users, family members and health professionals in the construction of new mental health services in their localities. The study has a qualitative character, adopting a research of empirical knowledge approached under the constructivist paradigm, because it is concerned with the description of the factors and the subjectivity that permeate them. To guide the analyzes and discussions, comparative criteria were adopted as a procedure: strategies for civic engagement, project objectives, project structure and interventions. Through the analysis, it was possible to identify that, whilst the universities and their projects have adopted different approaches to the interventions in the groups, both corroborate with the idea of collective construction of knowledge, the demands of societies and the profile and skills of the people, either they are from the academic world or not, so that improvements can be made in the services of mental health offered.

Keywords: Civic Engagement, Mental Health Policy, Solidarity Economy, Self-management, Social Tecnology, Participatory Action, Open Dialog.

LISTA DE SIGLAS

CE	<i>Civic Engagement</i>
DCU	<i>Dublin City University</i>
ES	Economia Solidária
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
HEA	<i>Higher Education Authority</i>
MS	Ministério da Saúde
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UFOP
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Abordagem Positivista	17
Quadro 2: Abordagem Construtivista	19
Quadro 3: Caracterização da pesquisa	20
Quadro 4: Critérios de comparação	22
Quadro 5: Descrição do projeto "Mentes Brilhantes"	45
Quadro 6: <i>Open Dialog e Participatory Action</i>	52
Quadro 7: Descrição do projeto " <i>Mental Health Trialogue</i> "	55
Quadro 8: Critérios de comparação: aspectos observados	62

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
2.	OBJETIVOS.....	13
3.	METODOLOGIA DE PESQUISA	14
3.1.	Procedimentos metodológicos.....	14
3.2.	Conceitos-base	14
3.2.1.	<i>Positivismo x Construtivismo</i>	17
3.3.	Caracterização da pesquisa.....	19
3.4.	Construção do modelo de análise.....	21
4.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
4.1.	Extensão Universitária: espectros de conceituação.....	23
4.2.	Extensão Universitária na visão brasileira	26
4.3.	Extensão Universitária na visão irlandesa.....	28
4.4.	Políticas de saúde mental no Brasil e Irlanda.....	29
4.5.	Metodologias de intervenção	33
4.5.1.	<i>Economia solidária: Autogestão e Tecnologia Social</i>	33
4.5.2.	<i>Participatory Action e Open Dialog</i>	36
5.	COMPARANDO PERSPECTIVAS	37
5.1.	Apresentação do Projeto na UFOP.....	38
5.1.1.	<i>A Universidade</i>	38
5.1.2.	<i>Estratégia para Extensão Universitária</i>	40
5.1.3.	<i>Objetivos do Projeto</i>	41
5.1.4.	<i>Estrutura do Projeto</i>	43
5.1.5.	<i>Intervenção</i>	44
5.2.	Apresentação do Projeto na DCU	46
5.2.1.	<i>A Universidade</i>	46
5.2.2.	<i>Estratégia para Extensão Universitária</i>	47
5.2.3.	<i>Objetivos do Projeto</i>	49
5.2.4.	<i>Estrutura do Projeto</i>	50
5.2.5.	<i>Intervenção</i>	51

5.3. Análise e Discussão.....	56
5.3.1. <i>Estratégias para Extensão Universitária</i>	56
5.3.2. <i>Objetivos dos Projetos</i>	57
5.3.3. <i>Estrutura dos Projetos</i>	58
5.3.4. <i>Intervenções</i>	60
6. CONCLUSÃO.....	63
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se assistido às numerosas e aceleradas transformações organizacionais e tecnológicas que atingiram diversos setores da sociedade. A velocidade dessas transformações trouxeram consigo a dificuldade de enquadrar todos os grupos sociais nas novas formas de organização das sociedades e do trabalho em especial, demandando novos mecanismos de reinserção das pessoas nas atividades atribuídas ao exercício da cidadania.

Para enfrentar tamanho desafio, este cenário tem demandado novas qualificações e novos perfis profissionais em diversas áreas, sendo uma delas, a engenharia. A educação em Engenharia de Produção é uma área de estudo que, baseada no tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão, pode proporcionar uma superação dos modelos atuais de organização e estruturação dos cursos de engenharia, buscando alinhá-los, cada vez mais, com as constantes mudanças exigidas para o atendimento às demandas da sociedade. Além disso, a ênfase em subáreas como desenvolvimento e aplicação da extensão em Engenharia de Produção é capaz de formar profissionais críticos, com capacidade de pensamento livre e independente, olhar empreendedor e criativo para buscar alternativas de soluções aos novos problemas de um mundo cada vez mais exigente de ações locais norteadas por uma perspectiva global.

Estender os limites das universidades para chegar a diferentes realidades e perspectivas tem sido um dos maiores desafios para a educação em vários países. Autores como McIlrath, Lyons & Munck, (2012) salientam que globalização dos indivíduos reconfigurou a forma como as comunidades de pessoas conectam-se umas com as outras, colaborando para redesenhar as formas de ensino, pesquisa e extensão nas universidades.

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela extensão universitária, ao proporcionar um diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações socioeducativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (RODRIGUES *et al.* 2013).

As atividades extensionistas são capazes de conectar a universidade e seus agentes com diferentes entidades do setor privado e social, abrangendo áreas como agricultura, reciclagem, artesanato, tecelagem e costura, manufatura, entre outros. Como

uma das áreas que as atividades extensionistas podem contemplar, a temática de saúde mental oferece um vasto campo a ser explorado por uma equipe multidisciplinar. A criação de novas práticas e metodologias para oferecer um tratamento diferente e mais eficaz para usuários de saúde mental pode envolver a aplicação de conhecimentos e ferramentas de muitas áreas diferentes de estudo.

Tais práticas e metodologias, incentivadas pela extensão, devem estar alinhadas com as políticas adotadas pelos grupos de saúde mental, para assegurar a efetividade das intervenções. De forma especial, a Política de Saúde Mental no Brasil (Ministério da Saúde, 2001) e na República da Irlanda (2001) expressam especificamente a necessidade de que os usuários dos serviços, as famílias e profissionais trabalhem em parceria na concepção, desenvolvimento e entrega de serviços de saúde mental. Portanto, a ação coletiva entre estes três agentes oferece um campo ideal para práticas extensionistas, à medida em que aumenta a ligação entre os participantes e que desmistifica antigas práticas e ideias que cercam a área de saúde mental.

Desta forma, o presente trabalho propõe uma análise comparativa das aplicações e impactos de ações extensionistas de duas universidades (uma irlandesa e uma brasileira) que ocorreram em 2011 e 2014, respectivamente, e que promoveram a interação com grupos de saúde mental das comunidades em que estão inseridas, por meio de diferentes metodologias de intervenção.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar, de forma comparativa, como se efetivaram as metodologias de intervenção em grupos de saúde mental para buscar o engajamento dos usuários na construção de novos serviços de saúde mental, a partir da atuação de projetos de extensão aplicados pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e *Dublin City University* (DCU).

Para atingir o objetivo geral, têm-se por objetivos específicos:

- descrever as práticas extensionistas alinhadas às políticas de saúde mental;
- descrever brevemente os projetos executados na UFOP e DCU;
- descrever as metodologias relacionadas aos processos de intervenção de cada projeto;

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção serão apresentados conceitos importantes para a aplicação desta pesquisa, além de conter a caracterização e descrição da metodologia utilizada neste trabalho. Vale ressaltar a distinção entre a pesquisa que foi realizada no momento de aplicação dos projetos em questão e a pesquisa que está sendo realizada, analisando como foram efetivadas as intervenções e suas implicações. Além disso, foi apresentada a construção dos critérios de comparação entre as atividades extensionistas das duas universidades e a pertinência de cada critério.

3.1. Procedimentos metodológicos

A coleta de dados e informações necessárias para concretização desta pesquisa deram-se por meio da participação da autora nos dois projetos apresentados neste trabalho. A participação no projeto brasileiro deu-se de forma ativa, por meio da atuação e engajamento nas atividades entre janeiro de 2013 e junho de 2014, participando de reuniões e seminários com o grupo de trabalho e elaboração de projetos. A participação no projeto irlandês, que ocorreu durante intercâmbio cultural-acadêmico nos anos de 2014 e 2015, deu-se por meio de um mês de pesquisa em julho de 2015 e coleta de dados feitas mediante à equipe do projeto e a participação em uma reunião com o grupo de trabalho. As informações foram levantadas por meio de reuniões e relatórios das mesmas, além de artigos e estudos de caso já publicados pelos projetos.

3.2. Conceitos-base

Segundo Targuce (2006), a palavra "método" (que deriva do grego *methodos* e significa "caminho para chegar a um fim") descreve o caminho ou forma como se chega a um determinado objetivo. Desta forma, "metodologia" vem a ser o estudo do método, ou seja, o corpo de regras que regem o processo de se atingir um objetivo. Paralelo a estes conceitos, tem-se ainda o conceito de "pesquisa", que é a busca pela resposta de uma questão inicial, guiada por um conjunto de conhecimentos, técnicas e procedimentos. Assim, a "metodologia de pesquisa" caracteriza o estudo de um método utilizado para modular conhecimentos em relação a uma inquietação ou pergunta inicial.

As experiências vividas pelos seres humanos e sua apreensão da realidade constituem uma relação sujeito-objeto, considerada essencial para a geração do conhecimento. Pode-se considerar "conhecimento" como a representação das apreensões da realidade feita pelos humanos, por intermédio da sua interpretação do

meio social e cultural em que vive e pelas suas sensações e observações. Ainda segundo o autor, tais realidades existem, quer sejam captadas e representadas ou não, independentemente do Homem conhecê-las. Desta forma, o conceito de conhecimento pode variar de acordo com o tipo, podendo ser: popular (ou de senso comum), científico, teológico, filosófico ou mítico. Para melhor entendimento deste estudo em específico, aprofundar-se-á aos conhecimentos popular e científico.

O conhecimento popular ou empírico pode ser caracterizado como aquele absorvido através de observações simples e diretas, por meio de experiências cotidianas. Constituído principalmente por impressões do senso-comum, Targuice (2006, p. 6) o define como:

(...) o conhecimento obtido ao acaso, após inúmeras tentativas, ou seja, o conhecimento adquirido através de ações não planejadas. É o conhecimento do dia a dia, que se obtém pela experiência cotidiana. É espontâneo, focalista, sendo por isso considerado incompleto, carente de objetividade. Ocorre por meio do relacionamento diário do homem com as coisas. Não há a intenção e a preocupação de atingir o que o objeto contém além das aparências.

Fundamentado apenas na experiência, doutrina ou atitude, que admite quanto à origem do conhecimento de que este provenha apenas da experiência. Dentre suas características destacamos:

- Conjunto de opiniões geralmente aceitas em épocas determinadas, e que as opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais.
- É valorativo por excelência, pois se fundamenta numa operação operada com base em estados de ânimo e emoções.
- É também reflexivo.
- É verificável.
- É falível e inexato.

O principal mérito do método empírico é o de assinalar com vigor a importância da experiência na origem dos nossos conhecimentos.

Segundo Fonseca (2002), o conhecimento científico é produzido a partir de métodos de validação, causando um aprimoramento do senso-comum em que se baseia o conhecimento empírico. Além disso, permite uma formulação da realidade distante de subjetividade, uma vez que seus procedimentos são submetidos a testes de falseabilidade. É um conhecimento objetivo, claro, metódico, passível de demonstração e comprovação e que está em constante processo de aprimoramento, considerando sua

invalidação para a obtenção resultados mais enriquecidos. Paralelo a este conceito, Targuce (2006, p. 6) afirma que:

(...) o conhecimento científico exige demonstrações, submete-se à comprovação, ao teste. O senso comum representa a pedra fundamental do conhecimento humano e estrutura a captação do mundo empírico imediato, para se transformar posteriormente em um conteúdo elaborado que, por intermédio do bom senso, poderá conduzir às soluções de problemas mais complexos e comuns até as formas de solução metodicamente elaboradas e que compõe o **proceder científico**.

Suas características são:

- É real (factual), porque lida com ocorrências ou fatos.
- Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por intermédio da experiência e não apenas razão, como ocorre no conhecimento filosófico.
- É sistemático.
- Possui características de verificabilidade.
- É falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é aproximadamente exato.

Neste trabalho, a metodologia utilizada para reconhecer como buscou-se o engajamento dos usuários na construção de novos serviços de saúde mental fez uso de critérios comparativos como modelo de análise para clarear as discussões e alcançar-se o objetivo do estudo. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa-construtivista, de natureza empírico-teórica e de caráter explicativo conforme seção 3.2. Isto porque, primeiro, para alcançar a resposta à questão inicial, necessitou-se de uma interpretação sobre como as intervenções dos projetos, que pode ser permeada por impressões e subjetividades da autora, deram-se dentro dos grupos de saúde mental. Segundo, necessitou-se da geração de vivência e apreensão das realidades envolvidas em cada projeto no Brasil e na Irlanda por meio da descrição, discussão e análise da construção dos serviços de saúde mental no contexto de cada uma das localidades. E por último, necessitou-se reconhecer quais fatores influenciaram na participação dos usuários na construção de novos serviços de saúde mental.

Quanto ao conhecimento, ambas experiências foram construídas a partir de contribuições de conhecimentos populares e científicos, pois contou-se com a sugestão

e criação de práticas pelas comunidades, por meio das oficinas, encontros de discussão (entre outros) como também contou-se com o suporte técnico, científico e metodológico aplicados pelos grupos das universidades para colaborar na construção de tais práticas.

3.2.1. Positivismo x Construtivismo

A construção de novos conhecimentos depende essencialmente da relação sujeito-objeto como citado anteriormente. Isto implica que esta construção está relacionada com a forma como o pesquisador irá captar a realidade que o circunda. Desta forma, nesta seção serão abordados os dois principais paradigmas de pesquisa atuais: positivismo e construtivismo que buscam a compreensão, a partir destes conceitos e metodologias, da capacidade do pesquisador em se apropriar da realidade.

O Positivismo é uma corrente filosófica europeia que surgiu entre os séculos XIX e XX e influenciou fortemente sua geração artística e cultural (CHEVARRIA, 2013). Ele aplica em seus métodos de conhecimento, utilizados nas ciências naturais, os estudos sobre a sociedade, partindo do pressuposto de que os fatos empíricos são a única base para o conhecimento. Além disso, o positivismo, por conter um caráter investigativo dedutivo, considera que os fatos são diretamente observados e medidos empiricamente, considerando aspectos qualitativos e quantitativos e enfatizando que a percepção captada reflete fielmente a realidade destes fatos. No quadro 1 a seguir, estão representados os aspectos gerais da abordagem positivista.

Quadro 1 - Abordagem Positivista.

Ontologia	Epistemologia	Objeto de pesquisa	Entendimento da realidade	Validade
O indivíduo e a realidade são separados	A realidade objetiva existe além da mente humana	O objeto de pesquisa tem qualidades inerentes que existem independentemente do investigador	Teoria da correspondência da verdade: mapeamento um a um entre as declarações de pesquisa e realidade	Certeza: dados medem verdadeiramente realidade

Fonte: CHEVARRIA (2013).

Chevarria (2013) aponta que a extensão do método positivista para as ciências sociais não foi capaz de igualar explicações, previsões e controle dos fenômenos sociais. As regras gerais da pesquisa social têm encontrado dificuldades em alcançar a mesma

maturidade das ciências naturais, justamente por serem mensuráveis e passíveis de controle experimental. Desta forma, a adoção de proposições teóricas firmes e ricas em lógica formal caracteriza-se como uma das maneiras de se alcançar a maturidade científica observada nas ciências naturais. Ainda segundo o autor, este aponta que:

(...) a construção do conhecimento no Positivismo implica em um processo de dedução lógica capaz de extrair as consequências implícitas da observação. Neste processo, qualquer proposição que não possa ser logicamente deduzida seria “explicada” como um pressuposto. Devem ser eliminadas proposições ditas “subjetivas”, originadas a partir de opiniões, valores e preconceitos. Sob a abordagem positivista, a origem de todas as proposições deduzidas deve ser encontrada na explicação dos próprios 'objetivos' contidos nestas premissas fundamentais.

As regras da lógica formal tratam de como as proposições interagem e se restringem à dimensão das relações ideais e estritamente artificiais, expressas nas proposições formais e suas relações. O observador atua no "mundo real" que está observando. Portanto, enfrenta, além da tarefa de como relacionar essas proposições umas com as outras (de modo lógico), a tarefa adicional de como estas proposições se relacionam com a realidade empírica do objeto de interesse (de forma que as formulações sejam verdadeiras). (CHEVARRIA, 2013)

Na contramão da lógica Positivista, o Construtivismo parte do pressuposto que as análises do ponto de vista das ciências naturais não são adequadas para serem aplicadas no estudo do mundo social. Isto porque, os indivíduos isolados ou em grupos, possuem impressões sobre a realidade permeadas de subjetividade baseada nas experiências vividas em determinado contexto social e cultural. Desta forma, o foco da abordagem Construtivista está nas construções subjetivas que formulam propósitos de acordo com a realidade associada pelo indivíduo, através de suas interações com o meio (CHEVARRIA, 2013). No quadro 2 a seguir estão retratadas as características da abordagem Construtivista:

Quadro 2 - Abordagem Construtivista.

Ontologia	Epistemologia	Objeto de pesquisa	Entendimento da realidade	Validade
O indivíduo e a realidade são indivisíveis.	O entendimento de mundo é intencionalmente construído a partir da experiência de vida do indivíduo.	O objeto de pesquisa é interpretado com base nos entendimentos e experiências anteriores pessoais do pesquisador.	A realidade é intencionalmente construída; interpretações do objeto de pesquisa alinham-se com a experiência de vida do objeto.	Afirmações conceituais e teóricas defensáveis no contexto da realidade observada.

Fonte: CHEVARRIA (2013).

Desta forma, o Construtivismo busca interpretar as experiências a partir dos pontos de vista de diversos atores sociais envolvidos, e para tal o pesquisador em questão deve observar os fatores que interferem nos comportamentos e captar os aspectos subjetivos que compõem a pesquisa em questão, tornando-o parte da construção de tal realidade descrita. Como a proximidade entre observador - realidade é sumarizada dentro da abordagem Construtivista, esta pode ser considerada sua principal característica, que, por sinal, a distingue da abordagem Positivista por suas noções de validade e confiabilidade não se aplicarem da mesma forma, principalmente no que tangencia aspectos ontológicos e epistemológicos (CHEVARRIA, 2013).

Neste estudo em específico, para a realização da análise comparativa entre as metodologias de intervenção em grupos de saúde mental que buscaram o engajamento dos usuários na construção de novos serviços de saúde mental, adotou-se uma pesquisa de conhecimentos empíricos abordados sob o paradigma construtivista, pois o mesmo preocupa-se com a descrição dos fatores e a subjetividade que os permeiam.

3.3. Caracterização da pesquisa

Neste tópico será apresentada a classificação da pesquisa deste trabalho, buscando nortear a descrição dos referidos projetos e o comparativo entre os mesmos. Dotada de procedimentos científicos, ela tem por objetivo principal interpretar os fatos inseridos em determinada realidade.

Quadro 3 - Caracterização da pesquisa.

	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Abordagem	Qualitativa - construtivista	Necessidade de interpretação sobre como as intervenções dos projetos, que pode ser permeada por impressões e subjetividades da autora, deram-se dentro dos grupos de saúde mental.
Natureza	Empírico-teórica	Necessidade de geração de vivência e apreensão das realidades envolvidas em cada projeto no Brasil e na Irlanda por meio da descrição, discussão e análise da construção dos serviços de saúde mental no contexto de cada uma das localidades.
Objetivo	Explicativo	Necessidade de identificação e descrição detalhada sobre quais fatores influenciaram na participação dos usuários na construção de novos serviços de saúde mental.
Procedimento	Crítérios de comparação	Necessidade de aproximação e entendimento de cada uma das realidades dos projetos, por meio de uma investigação descritiva e explicativa

Fonte: elaborado pela autora.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é classificada como qualitativa pois não se preocupa com a análise numérica e precisa dos fatos, mas busca interpretar fenômenos em um determinado grupo social. Pesquisadores que adotam a pesquisa qualitativa consideram que cada fato deve ser retratado com um modelo único, levando em consideração a especificidade das ciências sociais, o que implica o uso de metodologia própria. Desta forma, refuta-se a análise positivista neste tipo de estudo, uma vez que ela impede impressões pessoais e subjetividade do pesquisador. Apesar disso, a pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, subjetivismo e envolvimento emocional do autor (MINAYO, 2001). Segundo Chevarria (2013), as principais características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno, descrição, compreensão, explicação e precisão das relações entre o global e local em determinado fenômeno, observação entre as diferenças do mundo social para o mundo natural,

respeito ao caráter interativo entre os objetos buscados pelos investigadores, orientações teóricas e seus dados empíricos, busca pelos resultados mais fidedignos possíveis, oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa aplicado a todas as ciências.

Quanto à natureza, esta pesquisa caracteriza-se por empírico-teórica, pois, por meio da relação entre teoria e prática, tem por objetivo gerar uma vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de uma questão extraída da vida real.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa apresenta caráter explicativo, pois procura reconhecer quais fatores influenciaram na participação dos usuários na construção de novos serviços de saúde mental. Tal tipo de pesquisa também é vinculada a pesquisas descritivas, uma vez que para uma melhor identificação dos fatores de influência, o cenário deve ser descrito com esmero.

Quanto ao procedimento, será construído um modelo de análise apresentado na seção a seguir, com o objetivo de gerar uma aproximação e entendimento da realidade, por meio de uma investigação descritiva e explicativa.

3.4. Construção do modelo de análise

Neste tópico será apresentado o modelo de análise adotado durante este trabalho. Sobre modelos de análise, Quivy & Campenhoudt (1995) *apud* Gerhardt & Silveira (2009, p. 53) apontam que:

O modelo de análise constitui o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os referenciais e as pistas que serão finalmente escolhidos para guiar o trabalho de coleta de dados e a análise. Ele é composto de conceitos e hipóteses que estão interligados para formar conjuntamente um quadro de análise coerente. A conceitualização, ou a construção de conceitos, constitui uma construção abstrata que tenta dar conta do real. Nesse sentido, ela não dá conta de todas as dimensões e aspectos do real, mas somente o que expressa o essencial segundo o ponto de vista do pesquisador. Trata-se, portanto, de uma construção - seleção. A construção de um conceito consiste em designar dimensões que o constituem e em precisar os indicadores graças aos quais essas dimensões poderão ser mensuradas. Distinguem-se os conceitos operacionais isolados que são construídos empiricamente a partir das observações diretas ou das informações coletadas e dos conceitos sistêmicos que são construídos pelo raciocínio abstrato e se

caracterizam, em princípio, por um grau de ruptura mais alto com as ideias preconcebidas e com a ilusão da transparência.

O estudo proposto por este trabalho baseia-se em intervenções e fatos já ocorridos. Foram feitas análises comparativas entre duas formas diferentes de intervenção em grupos de saúde mental realizadas por duas instituições de ensino superior. Para embasar tal comparação, serão criados critérios para nortear as análises e discussões, que podem ser vistos no quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Critérios de comparação.

CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO	ASPECTOS OBSERVADOS
Estratégias para Extensão Universitária	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a percepção de Extensão Universitária de cada instituição de ensino superior. • O que elas pretendem alcançar por meio da extensão.
Objetivos dos Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização dos objetivos principais de cada um dos projetos que realizaram as intervenções.
Estrutura dos Projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura organizacional. • Quantidade de pessoas. • Tipos de qualificação. • Forma de trabalho.
Intervenções	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologias utilizadas. • Como aconteceram as intervenções.

Fonte: elaborado pela autora.

O critério Estratégias para Extensão Universitária busca investigar e descrever quais são as perspectivas de extensão universitária e quais os objetivos das instituições de ensino em questão ao adotarem práticas extensionistas. Identificar quais são suas percepções e as articulações existentes, no sentido da promoção das atividades de extensão, permitiram analisar o alinhamento ou não das propostas de extensão. O segundo critério, Objetivos dos Projetos, descreveu de forma geral os projetos, suas práticas e quais objetivos específicos cada um buscou alcançar. Desta forma, foram verificadas quais são as expectativas de resultados através da interação específica com

grupos de saúde mental das comunidades em que tais projetos foram inseridos. O terceiro critério, Estrutura dos Projetos, descreveu cada projeto quanto sua estrutura organizacional, composição em pessoas, suas qualificações e a forma de trabalho praticada dentro dos projetos. Tal critério permitiu comparar as formas de organização, além de auxiliar no entendimento da forma de implantação das metodologias de intervenção. Por último, o critério de Intervenções, descreveu como ocorreram as intervenções, por meio das metodologias. Tal critério permitiu perceber as particularidades de cada intervenção em determinados grupos.

Desta forma, após a descrição dos aspectos apresentados, foram analisadas e comparadas as perspectivas de cada intervenção segundo os critérios estabelecidos. Por meio desta análise, buscou-se que a descrição detalhada dos projetos para a compreensão das práticas extensionistas de cada instituição, além de serem discutidos possíveis fatores que instigaram a participação dos usuários na construção dos serviços de saúde mental locais.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão abordados temas julgados pertinentes para proporcionar um embasamento teórico para as análises e discussões deste trabalho. Para análise de quais fatores contribuíram com a participação dos usuários construção dos serviços de saúde mental entrar-se-á em temas como: Extensão Universitária: espectros de conceituação traz o delineamento de modelos de extensão ao longo dos anos. A Extensão Universitária na visão brasileira e irlandesa traz a percepção dos dois países com relação à relevância e pertinência das atividades extensionistas para as universidades e as sociedades em questão. As políticas de saúde mental no Brasil e Irlanda trazem um panorama da área nos últimos anos, as particularidades de cada país com relação ao tema, além de diretrizes previstas nas políticas de saúde mental de cada país. Por último, o tópico de metodologias de intervenção busca descrever as metodologias de intervenção utilizadas em cada projeto.

4.1. Extensão Universitária: espectros de conceituação

Segundo Serrano (2008), pensar e construir as universidades envolvem processos complexos em virtude da natureza e amplitude acadêmica, isto para que ela alcance seus objetivos básicos de formação profissional dos indivíduos, produção e transmissão do conhecimento. Como um dos pilares para alcançar tais objetivos, a

extensão universitária possui uma definição conceitual e prática que interfere diretamente nas formas de "pensar" e "fazer" das instituições de ensino. Segundo Serrano (2008), para construção do conceito de extensão universitária foi necessário que o mesmo passasse por espectros de definição ao longo da história que vão desde a extensão cursos, serviço, assistencial, redentora da função social da universidade, como via de mão dupla entre universidade e sociedade e cidadã. Para um melhor entendimento sobre extensão universitária, devem ser observados quatro movimentos expressivos para sua conceituação e prática: o modelo da transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo e a ação voluntária sócio-comunitária; a ação sócio-comunitária institucional; o acadêmico institucional (SERRANO, 2008).

O modelo de transmissão vertical do conhecimento chama a atenção para práticas extensionistas que "coisificam o homem" por meio de uma extensão autoritária e que desconhece o saber e a cultura popular e que impõe suas impressões de forma vertical, superior e detentora do chamado "saber absoluto". A autora faz um paralelo com o trabalho de Paulo Freire em seu livro "Extensão ou Comunicação" (2006), onde o autor critica um processo verticalizado o qual trata o homem como "coisa":

E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase "coisa", o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações. (...) Desta análise depreende, claramente, que o conceito de extensão não corresponde a um que-fazer libertador. (FREIRE, 2006:22)

Neste modelo, a transmissão de conhecimento é vertical, e parte do pressuposto de que os agentes transmissores possuem determinada superioridade e messianismo perante os receptores do conhecimento, que não fazem parte da construção do mesmo.

O modelo de voluntarismo / ação voluntária sócio-comunitária, por meio do pioneirismo na tomada de consciência da necessidade de mudanças na forma de atuação das universidades, torna-se o segundo momento da extensão universitária.

A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para

chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 1980:26)

Segundo Serrano (2008), o voluntarismo falha à medida em que não utiliza de métodos e quanto à falta de releitura da realidade modificada dentro de uma perspectiva sócio-cultural. Entretanto, deve-se notar, como grande direcionamento deste segundo momento da extensão, a abertura ao diálogo e o reconhecimento da capacidade do outro em colaborar com a construção das relações e dos saberes. Em paralelo, o trabalho "Extensão ou Comunicação" (FREIRE, 2006) também critica o tipo de extensão que é antidialógica e mecanicista, que submete, manipula e domestica os saberes gerados. Além disso, o autor salienta a importância de uma extensão que compreenda o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores para que, dessa forma, garanta-se a horizontalidade do conhecimento.

O modelo de ação-comunitária institucional consolidou-se por meio de trabalhos assistenciais e comunitários dos estudantes. Por meio da captura e conhecimento da realidade trabalhada, mas ausente de vínculos concretos e permanentes com as comunidades, o modelo de ação-comunitária institucional, por natureza, não era vinculado às universidades e suas práticas não eram sistemáticas e nem sistêmicas:

Criticam-se o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação com a instituição Universitária como um todo e a falta de continuidade das ações, entre outros aspectos. O retorno do estudante à academia era quase sempre, problemático, pois, ao conhecer a realidade de regiões e comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aula questões muitas vezes desconhecidas dos professores. (NOGUEIRA, 2001: 61)

Segundo Serrano (2008) às práticas propostas pelo modelo de ação-comunitária institucional, mantém-se as críticas quanto a uma extensão universitária verticalizada, antidialógica e manipuladora, corroborando novamente com a crítica de Freire sobre a extensão.

A partir da década de 80, apresenta-se o modelo acadêmico institucional. Fundamentado nas ideias e práticas de Paulo Freire, este modelo passa a nortear os conceitos e práticas de Extensão Universitária no Brasil. Desta forma, em 1987 é

instaurado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), trazendo à tona a discussão conceitual sobre a extensão:

A criação do Fórum Nacional ocorre tendo como base algumas questões já consensuais entre seus membros participantes, as quais seriam o fundamento para elaboração das políticas de Extensão. Isso significa que o entendimento entre os Pró-Reitores se deu a partir dessas ideias consensuais, que podem ser apreendidas como conclusões dos documentos dos encontros regionais. São elas: o compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade de institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental. (NOGUEIRA, 2001:67)

Baseado no princípio da produção de conhecimento por meio de uma relação transformadora entre universidade e sociedade e vice-versa, o modelo acadêmico-institucional traz uma extensão que é experiência na sociedade, que é democrática, que é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, abrindo possibilidades de uma análise ampla e integrada da realidade social (SERRANO, 2008).

O desdobramento do conceito final de Extensão Universitária na visão brasileira segue descrito no próximo tópico.

4.2. Extensão Universitária na visão brasileira

A rapidez das mudanças políticas e sociais desencadeadas no mundo durante o século XX, trouxe à tona diversas crises de amplas proporções. Crises ambientais e urbanas, da qualidade de vida das pessoas, crise de emprego, a precarização das condições de trabalho, crise da administração burocrática, todas evidenciadas pela ineficiência das políticas públicas. Somando a este quadro, ainda têm-se as crises energéticas, culturais e econômicas que despertam tanto no lado direito quanto esquerdo do espectro ideológico o desejo por reformas do Estado (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

No Brasil, as desigualdades sociais, baixa renda e desemprego, diferenças no acesso a bens e serviços, diferenças regionais, somadas às diversas discriminações de

raça, gênero, e às práticas indiscriminadas de corrupção em todas esferas convivem com estruturas arcaicas de produção econômica. A universidade é desafiada a atuar neste contexto conturbado, por meio da superação da perplexidade, da paralisia teórica e prática, enquanto instituição que gera o conhecimento. Além disso, ela deve oferecer instrumentos científicos para que os governos e atores sociais obtenham subsídios para tomadas de decisões lúcidas que corroborem com a plena emancipação humana, sustentadas por princípios éticos e pela paixão na busca de um mundo melhor (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

Segundo o FORPROEX (2012), reconhecer o papel da universidade neste contexto, não significa superestimá-la ou subestimar as questões/problemas que devem ser atacados. Para uma participação ativa e positiva no processo de mudança, é necessário que as instituições de ensino superem os muros que as cercam, entrando em consonância com as reais necessidades das populações. É neste ponto que a extensão universitária é tangenciada:

É justamente aqui que se afirma a centralidade da Extensão Universitária, como prática acadêmica, como metodologia inter e transdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade. Prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas; metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País. (FORPROEX, 2012:10)

No Brasil, o conceito de extensão universitária foi concebido por meio de amplo e aberto debate nos XXVI e XXVII Encontros Nacionais de Extensão Universitária realizados em 2009 na cidade do Rio de Janeiro e em 2010 na cidade Fortaleza (CE), respectivamente. Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2012), define-se como extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012:15)

Desta forma, a proposta da extensão é provocar uma transformação não somente para a universidade mas para os setores sociais com a qual interage. Além disso, de acordo com Nogueira (2000), as diretrizes que devem nortear as ações extensionistas são a interação dialógica, interdisciplinariedade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

4.3. Extensão Universitária na visão irlandesa

As diferenças entre as realidades dos hemisférios norte e sul, apresentam um cenário passível de observação. Ao contrário do que alguns analistas imaginavam, a globalização foi ineficiente em produzir um "mundo plano" e, além disso, acentuou as diferenças e desequilíbrios regionais, geográficos, étnicos, de idade e de gênero (MCILRATH, LYONS & MUNCK, 2012). É crescente o reconhecimento da importância do papel desempenhado pelas universidades neste contexto, à medida em que é convocada a atuar perante desafios como a interconexão entre sociedades, espaços geográficos, economias, sistemas políticos e a crescente alienação das populações mais jovens (MCILRATH, LYONS & MUNCK, 2012).

Na República da Irlanda, a extensão universitária é compreendida como "*civic engagement*" ou, na tradução para o português, "engajamento cívico". A agenda de engajamento cívico tem sido incorporada em diversos relatórios nas últimas duas décadas, incluindo *The University Challenged (Skilbeck Report)* (2001) e *the National Framework of Qualifications* (2003). O relatório de *Skillbeck* centraliza sua atenção para a contribuição do ensino superior como base para crescimento econômico, além de abordar suas dimensões sociais: contribuir para o desenvolvimento da qualidade de vida das populações. A incorporação de práticas de engajamento cívico pelas universidades envolve a integração do conhecimento, das habilidades e competências dos aprendizes com suas características individuais (BOLAND, 2011).

Higher Education Authority (HEA) é o órgão máximo de educação na Irlanda. Este detém o escopo geral de engajamento cívico para assegurar que o país atue com uma cidadania ativa na Europa, por meio do desenvolvimento de competências sociais e civis como elemento chave da experiência estudantil (*Campus Engage*, 2006). Embora o termo "engajamento cívico" seja aberto a várias interpretações, no contexto irlandês ele se define como:

Uma colaboração de conhecimentos mutuamente benéfica entre a instituição de ensino superior, seus colaboradores e estudantes com a ampla comunidade, por meio de parcerias com o campus e incluindo atividades de aprendizado de serviços / aprendizagem baseada na comunidade, pesquisa comprometida com a comunidade, voluntariado, regeneração econômica / comunitária, capacitação e acesso / ampliação da participação. (LYONS & MCILRATH, 2011 - TRADUZIDO PELA AUTORA)

Desta forma, a incorporação de práticas extensionistas mostram que a técnica e o conhecimento podem ser aplicados localmente para resolver questões que, inicialmente, não apresentavam soluções e para conectar os alunos a uma realidade diferente da mostrada pela perspectiva do mercado. Além de exercer forte efeito sobre a geração e transmissão de conhecimento para um sistema global (MCILRATH, LYONS & MUNCK, 2012).

4.4. Políticas de saúde mental no Brasil e Irlanda

O início da Reforma Psiquiátrica no Brasil deu-se na década de 70, contemporâneo ao da Reforma Sanitária, ambas a favor de mudanças nos modelos de atenção e tratamento ofertados pela gestão de práticas de saúde da época. Considerada como um complexo processo político e social, a Reforma Psiquiátrica foi composta de agentes e instituições de diversas origens, e que manifestava-se em áreas diferentes como nos governos federal, estadual, municipal, nas universidades, nos conselhos profissionais e nas associações de pessoas com transtornos mentais. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da Reforma Psiquiátrica representou um processo gradativo de ruptura com os antigos modelos de maus-tratos e asilo de pessoas necessitadas de cuidados específicos à saúde mental (BRASIL, 2005a).

No ano de 1989 foi dada entrada no Projeto de Lei que propunha a regulamentação dos direitos das pessoas com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país. É o início das lutas do movimento da Reforma Psiquiátrica nos campos legislativo e normativo. No entanto, somente no ano de 2001, 12 anos depois da entrada no projeto, que a Lei Paulo Delgado é sancionada no país, redirecionando a assistência em saúde mental, privilegiando o oferecimento de

tratamentos em serviços de base comunitária, dispendo sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, mas não instituindo mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios. Então, a partir do contexto da promulgação da Lei 10.216 e da realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental, que a política de saúde mental do Governo Federal, alinhada com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, passa a consolidar-se, ganhando maior sustentação e visibilidade (BRASIL, 2005a). São direitos presentes na Política de Saúde Mental brasileira, amparados pela Lei 10.216:

- I - acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;
- II - tratamento com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
- III - proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- IV - garantia de sigilo nas informações prestadas;
- V - direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;
- VI - livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
- VII - recebimento do maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;
- VIII - tratamento em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;
- IX - tratamento, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental (BRASIL, 2001:4).

Assim, no Brasil, a Política de Saúde Mental, elaborada pelo Ministério da Saúde, desenvolve esforços para reduzir as limitações e barreiras que cercam o tema, propiciando oportunidades em diversas áreas, no intuito de manter o grupo inserido na comunidade, gerando melhor qualidade de vida. No entanto, a população de usuários de saúde mental, não encontra-se no perfil profissional exigido pelas empresas tradicionais, e encontra dificuldades de inserir-se nas vagas de emprego, estando assim, em desvantagem no mercado de trabalho. Desta forma, o insucesso da capacidade de incorporar este grupo ao mercado tradicional, aponta para a necessidade de revisar estas ações tradicionais no cenário brasileiro, por meio de políticas públicas que promovam o suporte institucional de apoio e financiamento para expansão das ações de "inclusão

social pelo trabalho" no campo da saúde mental, envolvendo usuários dos serviços, familiares e profissionais de saúde mental (BRASIL, 2005b).

Considerando este contexto, a política de saúde mental deve buscar direcionar suas ações para diminuir as desigualdades existentes, por meio de parcerias com diversas áreas (governo, associações, universidades) e promovendo ações que reduzam as limitações dos usuários do serviço (2005b).

Na Irlanda, a história dos serviços de saúde mental começou a tomar forma com a legislação governamental para serviços de saúde mental por meio do *Mental Treatment Act* (1945), ao qual, mais tarde, foram adicionados alguns complementos por meio do *Mental Health Act* (1970). O documento foi pioneiro em reconhecer o fornecimento de fundos para organizações comunitárias e voluntárias articularem serviços de tratamento aos usuários. No entanto, algumas deficiências na legislação não garantiam a inserção efetiva do grupo na sociedade, comprometendo, assim, o direito à cidadania. Mais tarde, dois documentos: *Report of the Commission of Inquiry on Mental Illness* (1996) e *Planning for the Future* (1984), apontaram recomendações sobre os serviços de saúde mental no país que ainda apresentavam um vasto campo a ser aprimorado:

Atualmente, o hospital psiquiátrico é o ponto focal do serviço psiquiátrico na maior parte do país. Um grande número de pacientes residem permanentemente nesses hospitais. Muitos deles viveram lá durante anos, em condições que em muitos casos sequer podem ser consideradas adequadas devido à superlotação e ao subfinanciamento de capital. Além disso, as atitudes dos profissionais e do público tenderam a concentrar esforços nos cuidados hospitalares, em resultado dos quais as instalações comunitárias estão relativamente subdesenvolvidas. Os hospitais foram concebidos para isolar os doentes mentais da sociedade e este isolamento ainda persiste. (*Planning for the Future*, 1984:87)

As questões levantadas pelo *Planning for the Future* (1984) contribuíram para o desenvolvimento dos serviços de saúde mental e para modular a vigente política de saúde mental no país, ditada pelo *Mental Health Act* (2001).

A Lei de Saúde Mental (*Government of Ireland*, 2001) garante que os melhores interesses dos usuários do serviço de saúde sejam o aspecto mais importante da lei de saúde mental. Além disso, a lei aproximou a legislação irlandesa dos padrões

internacionais de direitos humanos (*Mental Health Commission, 2001*). São direitos garantidos pelo *Mental Health Act (2001a)*:

- I - o direito de receber cuidados de saúde mental de boa qualidade;
- II - os serviços de saúde mental devem ser adequadamente administrados e devidamente regulamentados;
- III - as pessoas que recebem os serviços de saúde mental têm de se certificar de que são tratadas de uma forma que respeita os seus direitos como um indivíduo;
- IV - o direito de ser tratado com respeito e dignidade;
- V - os interesses dos usuários devem ser considerados antes de qualquer decisão sobre o seu cuidado e sobre como o tratamento é feito;
- VI - o direito de ser incluído em discussões com sua equipe de cuidados sobre quais são seus interesses para ajudá-lo com sua recuperação;
- VII - o direito de ser plenamente informado sobre seus direitos legais, sua admissão e tratamento;
- VIII - o direito de ser ouvido por todos aqueles que trabalham em sua equipe de cuidados;
- IX - o direito de revisão. Se admitido involuntariamente, um tribunal de saúde mental irá rever a ordem de admissão ou ordem de renovação (*Mental Health Act, 2001a:8*).

Houveram muitas barreiras ao desenvolvimento dos serviços de saúde mental na Irlanda, sendo a falta de recursos uma barreira óbvia, mas não a única. Grande parte do debate sobre a provisão de serviços de saúde mental tende a se concentrar exclusivamente na questão dos recursos, como se toda mudança fosse excluída a menos que houvesse mais recursos. No entanto, existem várias questões fundamentais relativas à orientação e funcionamento dos serviços de saúde mental que devem ser abordadas para que a implementação da política exposta neste documento seja eficaz, como: envolvimento e suporte dos familiares e amigos, trabalho multidisciplinar, envolvimento com a comunidade, educação e treinamento, integração e recursos (*Vision for Change, 2006*).

Na Irlanda, existe a necessidade de recrutar e treinar voluntários ou grupos de apoio à saúde mental que trabalhem localmente em tarefas para consolidação dos serviços, como por exemplo acompanhar pacientes em excursões e realizar outras tarefas relativamente pouco qualificadas. Uma iniciativa da *Mental Health Ireland* levou à criação de um curso no em algumas universidades da região sudeste para

fornecer habilidades para voluntários, para que eles fossem informados e treinados para atuarem. Os próprios voluntários identificaram, desde o início, a necessidade de proporcionar um programa de formação estruturado e creditado (*Vision for Change*, 2006).

4.5. Metodologias de intervenção

Nesta seção serão abordados temas que embasaram as formas de intervenção que cada grupo utilizou para atuar perante os grupos de saúde mental. De forma especial, a equipe da UFOP promovia a gestão de seus trabalhos baseada nos princípios da Economia Solidária (ES) como um todo, embora neste trabalho sejam aprofundados os temas de autogestão e tecnologia social. Portanto, segue também nas referências uma descrição mais ampla sobre ES para, posteriormente, aprofundar-se nas metodologias pertinentes a este estudo.

4.5.1. Economia solidária: Autogestão e Tecnologia Social

As metodologias de autogestão e tecnologia social, encontram-se sob a luz da Economia Solidária. A ES brasileira possui bases fortes nos ideais de Paul Singer e surge como um modo de produção, distribuição, consumo e convivência alternativo ao capitalismo, casando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. Em seu livro "Introdução à Economia Solidária" (2002), Singer salienta que as organizações que se orientam pela ES, devem buscar um desenvolvimento sistêmico, priorizando os serviços e produtos de outras organizações que seguem princípios semelhantes, no intuito de criar-se redes de ES, consumidoras umas das outras para que, assim, fortaleça-se todo o sistema. Além disso, as organizações orientadas pela ES geram ganhos que vão muito além do financeiro, como por exemplo a autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo, companheirismo, noção crescente de autonomia e de direitos dos cidadãos.

Entende-se por Economia Solidária como o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma de autogestão. Desta forma, os membros das organizações devem participar de forma efetiva na autogestão dos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos. Por tal motivo, todo apoio externo de assistência técnica ou gerencial e de capacitação não devem substituir e nem impedir a atuação dos protagonistas nos empreendimentos (BORINELLI *et al.*, 2010).

Segundo Borinelli *et al.* (2010), são fundamentos da ES a autogestão, a cooperação, a dimensão econômica e a solidariedade.

Cooperação: pode ser entendida como a união de esforços e capacidades em volta de interesses e objetivos em comum, a propriedade coletiva de bens, a partilha de resultados e a responsabilidade solidária. Desta forma, envolve organizações coletivas, com perfil autogestionário ou recuperadas, redes de produção, comercialização e consumo, grupos produtivos informais de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc) e clubes de trocas.

Dimensão Econômica: envolve o conjunto de elementos que constituem as análises de viabilidade econômica, baseados em critérios de eficácia e efetividade, ao lado de aspectos sociais, culturais e ambientais.

Solidariedade: a constituição da solidariedade dentro dos empreendimentos se dá em diferentes dimensões: no respeito aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, na preocupação com o bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores e consumidores, na justa distribuição dos resultados alcançados, nas relações estabelecidas com a comunidade local, entre outros (BORINELLI *et al.*, 2010).

A autogestão configura um dos maiores desafios da ES dentre outros princípios. Isto porque, autogerir um empreendimento exige esforços complexos por demandar conhecimentos amplos em diversas áreas. Nascimento (2009) *apud* Alves, Salomão, (2009) define a autogestão como um método de transformação social, por meio de práticas políticas e sociais oriundas de experiências positivas e negativas. Além disso, têm-se por fundamento essencial da autogestão o direito à experimentação coletiva de novas formas de trabalho e de condições de vida que se constroem a partir de iniciativas da sociedade civil nas organizações, empresas e nos municípios. Ainda segundo o autor, cabe aos membros do próprio empreendimento tomar decisões que levem em consideração critérios como: possibilidade de participação democrática no processo de trabalho; o atendimento aos requisitos relacionados à capacitação autogestionária; à saúde dos trabalhadores e consumidores; e ao meio ambiente.

Para assegurar a eficiência do método da autogestão, vale salientar a importância do processo afastar-se das práticas tradicionais de trabalho estabelecidas pelo modo de

produção taylorista-fordista, exigindo dos trabalhadores uma superação da forma de gestão pedagógica. Isto porque, a manutenção da divisão tradicional do trabalho traz problemas de adaptações aos trabalhadores além de comprometer o caráter democrático da autogestão, gerando alta rotatividade dentro dos empreendimentos (ALVES E SALOMÃO, 2009).

Desta forma, as iniciativas de ES não se limitam apenas à busca por opções de geração de renda, estas vão além disso, uma vez que assumem a igual importância de resgatar a noção de cidadania dos participantes, ou seja, a capacidade de reconhecer-se como cidadão ativo da sociedade. O resgate deste grupo de pessoas excluídas e a transformação do mesmo em agentes sociais, constitui o principal desafio da ES. Para isso, o emprego das tecnologias neste contexto, devem atender a critérios diferentes da eficiência e produtividade, como normalmente ocorre no caso das tecnologias convencionais (BORINELLI *et al.*, 2010).

Na busca por ferramentas que facilitem a interação com o trabalho e suas condições, atendendo ainda às necessidades de inclusão social, encontra-se as propostas trazidas pela tecnologia social. A tecnologia social, juntamente com os princípios de solidariedade, democracia e autogestão constitui um dos pilares da Economia Solidária. Alves e Salomão (2009) definem por tecnologia social:

A tecnologia social consiste num conjunto de técnicas e procedimentos associados à formas de organização coletiva que representa soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Diferentemente do conceito tradicional, a escolha da tecnologia social deve considerar os efeitos de uma melhoria sobre o trabalho. (ALVES E SALOMÃO, 2009:85)

Dentro dos empreendimentos solidários, a tecnologia não deve ser encarada apenas como uma escolha técnica visando eficiência e produtividade, mas como uma escolha social, onde o poder de continuar fazendo escolhas também seja assegurado. Desta forma, é necessário adaptar o conhecimento científico e a tecnologia incorporada nas máquinas e equipamentos e de organização do trabalho e de produção aos aspectos sociais, econômicos e ambientais atrelados à determinada atividade.

Dentro da equipe da UFOP, os princípios da ES permeavam a forma de trabalho da equipe, por meio do emprego da autogestão do trabalho, cooperação e solidariedade. Além disso, o grupo de trabalho responsável pela intervenção em grupos de saúde

mental utilizava-se não somente destes princípios, mas do emprego de tecnologias sociais, de forma que as ferramentas e abordagens feitas durante as intervenções pudessem realmente ser construídas em coletivo para que sua utilização surtisse o efeito esperado de melhoria nas práticas de serviço de saúde mental.

4.5.2. *Participatory Action e Open Dialog*

Um dos aspectos principais para o estabelecimento de parcerias é a participação, e todas as decisões que empenham-se em representar coletivamente os indivíduos que a construíram também necessitam assegurar a participação. Em amplos termos, "participação" pode ser entendida como um processo no qual os indivíduos fazem parte das tomadas de decisão das instituições, programas e ambientes que os afetam (WANDERSMAN, 1984).

Segundo MCGabhann *et al.* (2012), o trabalho de Freire no livro "Pedagogia do Oprimido" (2005), exerceu importante impacto para a construção do conceito de *Participatory Action* na área de cuidados da saúde, por meio de uma crítica teórica que oferece um guia filosófico e metodológico. O autor também define *Participatory Action* como: "uma vivência necessária para a realização do progresso e da democracia, um complexo de atitudes e valores que dariam sentido às práxis nos campos" e que inclui as seguintes características:

- pode ser entendido como um novo paradigma ou visão de mundo completa ao lado de outras epistemologias e, por sua vez, influenciado por elas;
- toma uma abordagem pluralista para a co-geração de conhecimento prático significativo a partir das experiências, vidas e entendimentos de todos os participantes;
- é participativo, em que as pessoas participam em todas as etapas do processo de pesquisa e de decisão, dentro de uma parceria democrática entre todos os participantes, incluindo facilitador / pesquisador;
- conclui que a geração e transformação do conhecimento é feita por intermédio de uma variedade de métodos, incorporando a conscientização coletiva e a aprendizagem reflexiva em direção aos resultados negociados e percepções pluralistas ou definições de melhoria;

A metodologia de *Open Dialog*, segundo Bakhtin (1981), pode ser definida como uma ação conjunta que une pessoas em uma mútua experiência temporal mundana, onde os participantes devem estar dispostos a engajar no diálogo ou situação.

O diálogo traz entendimento mútuo por meio da formação de um espaço comunicativo, onde as pessoas trazem sua bagagem social e histórias narrativas para compartilhar, além de colaborar na construção de uma linguagem comum (BAKHTIN, 1981). Desta forma, o diálogo é criado por meio de expressões individuais faladas e escutadas, onde cada resposta traz um novo entendimento para a construção de novas palavras que, de alguma forma, posiciona-se entre o orador e o ouvinte. Como processo de comunicação, o *Open Dialog* é considerado como muito mais que uma conversação, o processo constitui em si uma conversação aberta cujas consequências podem gerar transformações. Para Freire (2005), este diálogo construído por meio de discussões críticas envolvendo pessoas oprimidas, constitui um ato que, por si só, supera a opressão. O diálogo que surge a partir disso, permite que os participantes compartilhem seus mundos, em vez de opor um mundo ao outro. Por meio dessa revelação e reflexão crítica, os participantes tornam-se aptos a engajar em uma prática autêntica ou em ações dialógicas, co-criando e nomeando um novo mundo em comum (MCGABHANN, L *et al.*, 2012).

Atualmente, *Open Dialog* é uma reconhecida abordagem teórica aplicada à comunicação dos indivíduos em grupos e organizações. Na Psicoterapia, *Open Dialog* fornece um processo que possibilita o desenvolvimento da relação entre indivíduos e redes de pessoas que podem trazer significativas mudanças nas relações já existentes. Dentro do processo, as desigualdades de poder podem ser reendereçadas, diversas perspectivas podem ser ouvidas em um local seguro e o entendimento compartilhado sobre qualquer situação pode evoluir (MCGABHANN, L *et al.*, 2012).

5. COMPARANDO PERSPECTIVAS

Nesta seção serão apresentadas as universidades e descritos seus respectivos projetos extensionistas, seguindo os critérios de comparação elaborados pelo modelo de análise. Logo após, seguirão as análises comparando as duas perspectivas dos projetos, salientando suas diferenças e similaridades e os possíveis impactos das mesmas para instigar a participação dos usuários na construção dos serviços de saúde mental locais.

5.1. Apresentação do Projeto na UFOP

5.1.1. A Universidade

Fundada no ano de 1969, a Universidade Federal de Ouro Preto surgiu por meio da junção de duas tradicionais escolas de ensino da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil. A Escola de Farmácia surgiu na cidade em 1839, com a missão de “Levar à população de uma das províncias mais importantes do País no século XIX a qualificação de profissionais de saúde”, sendo a primeira do gênero em toda América Latina. Mais tarde, no ano de 1876 foi fundada a Escola de Minas pelo francês Claude Henri Gorceix, a pedido do então imperador D. Pedro II, sendo a segunda escola de Engenharia implantada no país. Responsável pela formação de profissionais nas áreas de geologia, mineração e metalurgia, cursos responsáveis pela implantação do parque minero-metalúrgico brasileiro.

Sempre sofrendo constantes reformulações, a universidade incorporou mais cursos ao longo dos anos, oferecendo, atualmente, cerca de 92 cursos divididos em graduação presencial e à distância, mestrado e doutorado para aproximadamente 14.700 alunos.

Sua missão consiste em:

(...) produzir, sistematizar e socializar o saber científico, tecnológico e cultural, visando à formação e à participação do ser humano no exercício profissional, com solidariedade, ética e reflexão crítica, buscando sempre a construção de uma sociedade mais justa, soberana e democrática. (UFOP, 2010)

Para o alcance de sua missão, esta é buscada por meio dos seguintes objetivos:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e à difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas nesta Instituição.

Como estratégia da universidade, têm-se os seguintes princípios:

- da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- da autonomia didática, científica, administrativa, bem como na gestão financeira e patrimonial;
- da gestão democrática, descentralizada, pró-ativa, transparente, planejada, informatizada e referenciada pela busca permanente da eficiência administrativa;
- da universidade pública e gratuita nos níveis de graduação e pós-graduação;
- da excelência acadêmica;
- da educação como bem comum e forma de inclusão social;
- da produção e disseminação do conhecimento como agente de transformação da sociedade;
- da busca permanente e sistemática da igualdade de condições para o acesso e a permanência de estudantes na instituição;
- da valorização constante do seu maior patrimônio: professores, técnicos administrativos e estudantes;
- da integração do Sistema Federal de Ensino Superior, com a busca incessante de cooperações interinstitucionais;
- da inovação dos métodos organizacionais e gerenciais como forma e dar suporte às atividades acadêmicas do presente e do futuro (UFOP, 2010).

É possível perceber que a universidade reconhece a importância de sua atuação para formação de seus estudantes e da sociedade por meio da construção coletiva de

conhecimentos e sua disseminação. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão chama a atenção para a percepção de que esses três juntos, necessariamente, constituem as bases de formação oferecidas pela instituição.

5.1.2. Estratégia para Extensão Universitária

Nos últimos anos, as universidades brasileiras têm estreitado as relações com as comunidades em que estão inseridas por meio do fortalecimento das atividades de extensão, reforçando o comprometimento com o desenvolvimento local. Na UFOP, as práticas de extensão universitária são norteadas pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX), que visa:

(...) o estabelecimento de um diálogo entre conhecimentos acadêmicos sistematizados e saberes populares, entre os resultados da pesquisa científica e as demandas da sociedade e, entre o ensino e a realidade social e profissional. (UFOP, 2010)

Para nortear a estruturação das atividades extensionistas na universidade, a PROEX é responsável por registrar, avaliar, apoiar e divulgar as iniciativas extensionistas. Os trabalhos de extensão devem observar algumas características importantes, a saber:

- as ações devem buscar envolver diferentes áreas do conhecimento, a chamada interdisciplinaridade;
- as propostas não devem perder de vista o enfoque acadêmico, sob o risco de tornarem-se atividades assistenciais, recreativas ou de outra natureza que podem ser encampadas por outros órgãos da UFOP;
- as iniciativas devem priorizar ações voltadas à comunidade externa;
- os proponentes não devem desenvolver ações que sejam de responsabilidade de instâncias do Poder Público (municipal, estadual ou federal) ou da iniciativa privada (UFOP, 2010).

A PROEX divide os trabalhos de extensão em quatro vertentes: assessoria de programas, projetos e cursos, assessoria de arte e cultura, assessoria de relações públicas e projetos especiais e assessoria financeira. A assessoria de programas, projetos e cursos oferece as atividades de extensão que são acompanhados pelo Comitê de Extensão.

Além do acompanhamento, este comitê responsabiliza-se pelo controle da frequência de alunos bolsistas e voluntários, pela operacionalização de pagamentos e compras e engajamento em encontros e seminários de extensão internos e externos à instituição.

A assessoria de arte e cultura, é responsável pelo planejamento e operacionalização de eventos que promovem o engajamento artístico e cultural, como Festival de Inverno e Cine Vila Rica. A assessoria de relações públicas e projetos especiais é responsável por programas como "UFOP com a Escola" que organiza e implementa cursos de aperfeiçoamento em diversas áreas de acordo com as demandas das populações das cidades da região Inconfidente de Minas Gerais. E por último, a Assessoria Financeira controla todas as movimentações de finanças das atividades da PROEX (UFOP, 2010).

5.1.3. Objetivos do Projeto

Criada em 2011 como um programa de extensão universitária, a Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (INCOP-UFOP) possui uma proposta de trabalho baseada nos princípios da Economia Solidária. Desta forma, a INCOP visa auxiliar no desenvolvimento de associações e cooperativas na cidade de João Monlevade por meio de uma assessoria sócio-técnica que busca a geração de trabalho, renda, cidadania e autogestão entre os grupos incubados.

Em João Monlevade, com o início das atividades em 2012, a INCOP estabelece o processo de mapeamento dos empreendimentos, onde foram identificados grupos com potencial para incubação na cidade. Em 2013 deu-se início ao processo de incubação de 9 empreendimentos de áreas como: alimentação, agricultura familiar, tecelagem e costura, reciclagem, saúde mental e de recuperação química. Dentre os empreendimentos incubados tem-se a Associação de Usuários de Saúde Mental de João Monlevade (ASSUME) cujo trabalho visa oferecer atividades com potencial de geração de ocupação e renda para usuários do serviço de saúde mental, no intuito de resgatar a cidadania do grupo e promover a luta antimanicomial (ALVES *et al*, 2016).

Em 2014, por meio de uma parceria entre INCOP e ASSUME, deu-se início ao projeto "Mentes Brillhantes" cujo objetivo visava potencializar as ações coletivas de auxílio e assessoria aos usuários, familiares e amigos da saúde mental por meio da ampliação e consolidação das atividades da ASSUME.

Os objetivos principais do "Mentes Brillhantes" visavam:

- melhorar e diversificar as técnicas de tratamento desenvolvidas e implantadas pela ASSUME por meio de investimentos em mão de obra qualificada;
- dar credibilidade e evidenciar a luta antimanicomial, promovendo uma luta contínua para que os usuários possam ser inseridos na sociedade e respeitados de forma igualitária perante os demais;
- criar novas oficinas e melhoramento das atuais, de forma que os usuários possam prover de atividades que fortaleçam o seu tratamento e também possam aprender e adquirir formação para finalidades socioeconômicas, para geração ou complementação de renda;
- propiciar arte, lazer e cultura como forma de atração e estímulo à continuação do tratamento. Por meio de investimento de estruturas que possam propiciar a criação de oficinas de pinturas, de jogos e a elaboração de uma espécie de cinematopédia, que faz alusão ao aprendizado através do cinema;
- promover, disseminar e expandir a discussão que faz referência às temáticas de saúde mental, cooperativismo, Economia Solidária, dentre outros. Por meio de cartilhas, palestras, formações e seminários elaborados pela ASSUME em consonância com a INCOP – UFOP - João Monlevade como forma de consolidação e incentivo de associações e ou cooperativas e na geração de ocupação e renda para grupos com perfis como da ASSUME.

Tais objetivos seriam alcançados por meio:

- da realização de formações e minicursos para disseminação da conscientização da temática de saúde mental, Economia Solidária, autogestão, cooperativismo e associativismo, dentre outros;
- da promoção de atividades ocupacionais como: cinema comentado, encontros de amigos, passeios;
- da promoção de oficinas com potencial de geração de renda e de capacidade criativa como artesanato, pintura, costura, culinária e tear mineiro;
- do estímulo à participação dos usuários em conselhos, conferências, fóruns e congressos em torno da temática de saúde mental.

Desta forma, para este estudo em específico, serão desdobradas a estrutura e intervenções do projeto "Mentes Brilhantes" que acontecerem no ano de 2014 na cidade de João Monlevade, Minas Gerais.

5.1.4. Estrutura do Projeto

A idealização do projeto "Mentes Brilhantes" surgiu de uma equipe formada por um professor-orientador e três alunos de do curso de Engenharia de Produção (UFOP) e uma usuária do serviço de saúde mental, membro da ASSUME em João Monlevade. Esta equipe central formalizou a elaboração e submissão do projeto ao Ministério da Saúde, cujo financiamento foi concedido por meio de um edital pleiteado para que o "Mentes Brilhantes" fosse executado em 6 meses. Quatro pessoas compunham a equipe central de execução do projeto pela INCOP: um mestre e três alunos de graduação do curso de Engenharia de Produção. A equipe se reunia semanalmente para discutir as ações e progressos na assessoria ao projeto, bem como para definir direcionamentos.

O projeto contava com três monitoras ou facilitadoras da ASSUME que tinham por função ministrar oficinas de tear, artesanato e pintura que eram abertas à participação de todos: usuários, familiares e profissionais de saúde mental. Além disso, os membros da INCOP também desempenhavam o papel de facilitadores, uma vez que ministravam as formações, minicursos e encontros do grupo de forma que estimulasse o envolvimento e participação de todos.

Mensalmente eram feitas reuniões com a participação dos membros da ASSUME e representantes da INCOP para análise e acompanhamento das atividades que eram desenvolvidas semanalmente. As atividades semanais contavam com a visita e rotação dos três alunos de graduação da INCOP de forma a oferecer suporte e levantar demandas que eram apontadas e tratadas nos encontros mensais.

A organização e estruturação de trabalho dentro do projeto eram regidos pelas metodologias de autogestão e tecnologia social uma vez que era prezada a participação igualitária dos membros nos processos de tomada de decisão e de proposição e desenvolvimento das oficinas e atividades do projeto. O "Mentes Brilhantes" contava com a interação entre membros da INCOP, usuários de saúde mental, amigos, familiares e profissionais da saúde. Semanalmente, as atividades eram desenvolvidas com a presença média de 12 usuários do serviço de saúde mental, pelo menos 1 monitora de oficinas e 1 membro da INCOP para auxiliar nos direcionamentos e captar demandas.

5.1.5. Intervenção

As intervenções do grupo de trabalho da INCOP na ASSUME por meio do projeto "Mentes Brilhantes" deram-se no segundo semestre de 2014 com previsão de duração de 2 meses, isto devido ao atraso no repasse da verba concedida pelo Ministério da Saúde para execução do mesmo por parte da prefeitura municipal de João Monlevade. Inicialmente, foram realizados estudos e palestras em torno das metodologias de autogestão e tecnologias sociais, juntamente a temas como associativismo e cooperativismo para ambientar os participantes da INCOP e da ASSUME em uma comunicação comum, baseada nestes conceitos e com intuito de garantir confiança para realização dos trabalhos e compartilhamento de ideias.

Semanalmente, eram ofertadas oficinas de terapia pelas monitoras da ASSUME durante a execução do projeto. Novos materiais e ferramentas foram adquiridos no intuito de não só continuar como aprimorar tais atividades. Além disso, atividades culturais foram organizadas para integrar o grupo e atrair a participação dos usuários, como "Carnaval ASSUME", "Bingo ASSUME", "Chá Poético" e "CINE ASSUME". De acordo com as demandas levantadas pelos participantes, também foram ministrados cursos de assessoria técnica, como cursos de precificação e a ferramenta MS Excel pelo grupo de trabalho da INCOP. As principais características do projeto estão evidenciadas no quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Descrição do projeto "Mentes Brilhantes".

CRITÉRIOS	UFOP: MENTES BRILHANTES
Estratégias para extensão universitária	"(...) o estabelecimento de um diálogo entre conhecimentos acadêmicos sistematizados e saberes populares, entre os resultados da pesquisa científica e as demandas da sociedade e, entre o ensino e a realidade social e profissional." (UFOP, 2010)
Objetivos dos projetos	"Potencializar as ações coletivas de auxílio e assessoria aos usuários, familiares e amigos da saúde mental por meio da ampliação e consolidação das atividades da ASSUME."
Estrutura dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe da universidade formada por 4 pessoas. • Forma de trabalho: autogestão. • Níveis de formação: graduação e mestrado. • Área de conhecimento: ciências exatas.
Intervenções	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de intervenção: oficinas de tear, pintura, costura, atividades de lazer e assessoria técnica. • Abordagem do ponto de vista sócio-econômico. • Oficinas terapêuticas.

Fonte: elaborado pela autora.

Após o desenvolvimento das atividades do projeto, notou-se importância da participação ativa e autonomia dos usuários, além de ser salientada a capacidade dos mesmos de conquistarem seus objetivos e um espaço de convivência cada vez melhor. Foi perceptível o aumento na participação dos usuários nas oficinas, reuniões e formações tanto para contribuir com opiniões próprias quanto para sanar suas dúvidas (ALVES *et al*, 2016).

5.2. Apresentação do Projeto na DCU

5.2.1. A Universidade

Localizada na zona norte da cidade de Dublin, capital da República da Irlanda, a *Dublin City University* foi fundada em 1980 e tem crescido em tamanho e números desde então. Composta pelas faculdades de Humanidades e Ciências Sociais, Ciência e Saúde, Engenharia e Computação, Escola de Negócios e o Instituto de Educação, a DCU oferece cerca de 200 programas diferentes de graduação, mestrado e doutorado comportando uma média de 16.000 estudantes anualmente.

Sua principal missão é a busca pela transformação da vida e das sociedades, por intermédio da educação, pesquisa e inovação. Tal transformação é buscada por meio:

- do desenvolvimento de cidadãos críticos, analíticos, empreendedores e responsáveis socialmente;
- da criação e tradução do conhecimento direcionado aos desafios globais;
- da condução de debates públicos e fornecendo análises críticas de diferentes áreas de importância social;
- do engajamento com instituições para benefícios dos estudantes, da região e da economia geral.

Seus valores são demonstrados a seguir:

- compromisso com a excelência na educação, pesquisa e inovação;
- propiciar um ambiente centrado nos estudantes e no apoio ao aprendizado;
- reconhecimento de que suas conquistas são obtidas por meio da expertise e comprometimento de seus colaboradores.

Seu plano estratégico é dividido em duas vertentes: essenciais e básicas.

Princípios essenciais:

- objetivo estratégico 1: transformação. Para transformar a vida dos estudantes, equipando-os para florescer na sociedade do século 21.
- objetivo estratégico 2: empreendedorismo. Para ser reconhecida internacionalmente como universidade líder em empreendedorismo.
- objetivo estratégico 3: tradução. Para impulsionar o progresso econômico e social, traduzindo o conhecimento em ação.
- objetivo estratégico 4: engajamento. Para promover o engajamento ativo com as partes interessadas e parceiros a nível regional, nacional e global.

Princípios básicos:

- objetivo estratégico 5: excelência acadêmica. Manter a excelência acadêmica é a maior prioridade.
- objetivo estratégico 6: excelência operacional. Para garantir que a infra-estrutura física e organizacional é eficaz no apoio à prestação da intenção estratégica (DCU, 2015).

Percebe-se que há na visão da universidade, a busca pela transformação e melhoria da vida, por meio da educação, pesquisa e inovação. A DCU considera que a formação de cidadãos críticos, analíticos e empreendedores é capaz de causar esta transformação. Percebe-se que, ao citar a formação de cidadãos, e não somente dos seus alunos, reconhece-se sua importância na construção das comunidades e/ou sociedades ao seu redor.

5.2.2. Estratégia para Extensão Universitária

Na Irlanda, Extensão Universitária é mais conhecida como *Civic Engagement* (CE) e, segundo a DCU, é melhor definida como:

(...) uma relação mutuamente benéfica entre a Universidade e a comunidade, entendida no seu sentido mais amplo para abranger indivíduos e associações locais, nacionais e globais comprometidas com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural. Ela engloba uma gama de atividades através das quais funcionários e alunos se envolvem com as necessidades das comunidades e também buscam um desenvolvimento de sua própria compreensão social da cidadania ativa e global. Em resumo, a participação cívica significa trabalhar para 'fazer a diferença' na vida cívica de nossas comunidades através do desenvolvimento de conhecimento adequado, habilidades e valores. (DCU, 2015)

Desta forma, a estratégia para extensão na DCU é dividida em três vertentes: *community based learning* (ensino baseado em comunidade), *community based research* (pesquisa baseada em comunidade) e *volunteering* (voluntariado).

Community based learning tem por objetivo ampliar o acesso e aumentar a participação da comunidade no ensino superior. Este centro de extensão possui um prédio chamado "*DCU in the Community*" que fica localizado na zona norte de Dublin, e tem como missão: "fornecer oportunidades educacionais para a população local ao

norte de Dublin a fim de aumentar os níveis de participação e promover a igualdade na educação de terceiro nível" (DCU, 2015).

São objetivos do centro de extensão:

- reconhecer o talento individual de cada aluno e oferece um currículo flexível, baseado em suas necessidades e aspirações;
- atuar como uma 'gota no centro' para todos os alunos locais que procuram informações e aconselhamento em relação ao acesso a outras opções de educação;
- promover o desenvolvimento comunitário sustentável e servir como uma ponte entre os recursos da DCU (e do sistema de ensino superior mais amplo) e da comunidade local.

Community based research tem por objetivo engajar organizações sociais e pesquisadores sobre assuntos de interesse comum. A comissão de *Community knowledge exchange* (intercâmbio de conhecimentos com a comunidade) analisa propostas de pedidos de questões que as organizações desejam que tenham acompanhamento e sejam pesquisadas pela universidade.

Estas propostas podem dizer respeito às questões de, por exemplo, gestão ambiental, planejamento, saúde pública, análise jurídica, econômica e financeira, estratégia de defesa ou de comunicação, ou outros assuntos onde uma investigação mais profunda e formal poderia ajudar o grupo ou comunidade. A universidade nomeia um intermediário de conhecimento da comunidade para ajudar aos grupos de interesse e organizações comunitárias formular suas questões, como tópicos para investigação pelos alunos, sob supervisão acadêmica. O intermediário de conhecimento da comunidade irá identificar potenciais supervisores e facilitar o diálogo entre eles e o grupo externo.

Volunteering é um programa de voluntariado universitário que conta com a participação de uma rede de universidades na Irlanda, sendo uma delas a DCU. Por meio deste programa os alunos são capazes de:

- ganhar uma imensurável experiência;
- engajar em comunidades locais;
- desenvolver habilidades e organizar seu tempo e;
- obter certificados de experiências.

Já as organizações sociais podem adquirir:

- auxílio para execução de projetos;
- auxílio técnico de estudantes qualificados;
- projetos valiosos e de fácil gerenciamento (DCU, 2015).

5.2.3. Objetivos do Projeto

Em 2011, por meio de uma parceria formada entre a *Dublin City University* (DCU), *Irish Advocacy Network*, *National Office for Mental Health* e o *National Service User Executive* (NSUE) seis núcleos de serviço de saúde mental foram criados na Irlanda. Estimulados por uma parceria mútua, a ideia era implementar o *Vision for Change* (*Government of Ireland*, 2006), um documento emitido pelo governo do país que explicita esforços no sentido de trazer usuários do serviço de saúde mental, profissionais da saúde e membros da família para o contexto do serviço de saúde mental por meio do planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades oferecidas pelos mesmos (MCGABHANN, L *et al.*, 2012).

Desta forma, em 2011 foi estabelecido o projeto "*Mental Health Trialogue*" cujo principal propósito era unir os usuários de saúde mental, familiares e profissionais de saúde em um ambiente de aprendizado, para que os participantes entendessem a natureza e prática de uma abordagem cooperativa e como esta leva à uma mudança nas organizações de cuidados à saúde para instigar melhorias nos serviços de saúde locais.

Os objetivos principais do "*Mental Health Trialogue*" foram definidos para:

- facilitar o estabelecimento de líderes nas comunidades as quais possuem serviço de saúde mental;
- desenvolver na comunidade um fórum que utilize o processo de "*Trialogue*";
- fortalecer a voz das pessoas com limitações mentais e seus familiares considerando o suporte de suas comunidades;
- fornecer um foco para desenvolver a conscientização e ações em torno da saúde mental nas comunidades.

Tais objetivos seriam alcançados por meio:

- do estabelecimento de encontros mensais de "*Trialogue*" em 7 comunidades na Irlanda durante o ano de 2011;
- da criação de uma comunidade colaborativa online sobre o "*Mental Health Trialogue*", de acesso público;
- do fornecimento de um fórum para times de liderança para guiar o desenvolvimento das comunidades por meio das habilidades facilitadoras.

Os benefícios esperados através do estabelecimento do "*Mental Health Trialogue*" eram:

- trazer à tona líderes relacionados aos problemas de saúde mental;
- aumentar o entendimento sobre problemas de saúde mental entre os membros da comunidade;
- aumentar a capacidade dos usuários, familiares e profissionais em defender e determinar apoios necessários às comunidades;
- fornecer um foco para as ações que visam desenvolver a conscientização sobre saúde mental nas comunidades;
- criar um recurso online para a rede de "*Mental Health Trialogue*" (MCGABHANN, L *et al.*, 2012).

Desta forma, para análise deste estudo em específico, serão desdobradas as intervenções que ocorreram no site de Dublin entre março e setembro de 2011.

5.2.4. Estrutura do Projeto

Inicialmente, o projeto "*Mental Health Trialogue*" foi idealizado por dois professores membros da Escola de Enfermagem da *Dublin City University*. O time central do projeto foi formado por meio do financiamento e suporte alcançados perante a *GENIO TRUST* (agência que reúne entidades filantrópicas e governamentais para financiar e oferecer suporte ao desenvolvimento de pessoas em posições de desvantagem social na República da Irlanda). Cinco pessoas compunham a equipe central do projeto pela DCU: três professores da escola de enfermagem, uma consultora especialista em "*Trialogue*" e um tecnólogo em Educação Clínica. Os cinco professores formaram um grupo de consultoria onde, por meio de encontros bimestrais, eram discutidos os progressos e direcionamentos do projeto a partir das experiências vividas em cada site.

Em cada site, uma ou duas pessoas eram nomeadas como facilitadores dos grupos de saúde mental. Os facilitadores tinham por função conduzir as reuniões de forma à instigar a participação e envolvimento de todos: usuários, membros da família (cuidadores) e profissionais de saúde mental. Embora inicialmente as pessoas eram indicadas a liderar a coordenação dos grupos, à medida em que naturalmente iriam

surgindo novos facilitadores formados pelo próprio grupo, estes tornavam-se parte da coordenação.

O foco principal do projeto era promover encontros mensais de "*Triologue*" em cada uma das comunidades participantes, inicialmente durante 6 meses, para que, desta forma, fossem atingidos os objetivos principais estabelecidos pelo projeto. Além dos encontros mensais, foi estabelecido também como objetivo, a participação e rotação dos 5 representantes da DCU em cada uma das reuniões para oferecer suporte, sanar dúvidas e moderar os encontros quando necessário.

Pelos princípios estabelecidos pelas metodologias de *Participatory Action* e *Open Dialog*, a estrutura organizacional adotada pelo projeto assume a igualdade de importância da participação de todas as pessoas no processo de condução das reuniões para o desenvolvimento dos serviços de saúde mental. De forma plana, o grupo de Dublin foi estabelecido com a participação dos seguintes agentes: representante da DCU, facilitadores, usuários do serviço de saúde mental, membros da família ou cuidadores, profissionais de saúde mental e membros da comunidade. Os encontros mensais de "*Triologue*" do grupo de Dublin contava com 28 participantes/agentes, sendo 8 usuários de saúde mental, 8 familiares (ou cuidadores), 9 profissionais de saúde e 3 membros da comunidade local. Além destes agentes, por meio da decisão do grupo, optou-se pela formação de uma coordenação central, ou seja, os alinhamentos e decisões eram tomados por todo grupo e também contavam com a presença de um membro da DCU em cada reunião mensal (MCGABHANN, L *et al.*, 2012).

5.2.5. Intervenção

As intervenções do projeto davam-se durante encontros mensais promovidos no site de Dublin, no período entre Março e Setembro de 2011. A metodologia utilizada pelo grupo foi a de *Participatory Action* que, juntamente à metodologia de *Open Dialog* funcionaram como meio de comunicação para atingir os objetivos dos encontros de "*Triologue*". A convergência das características das metodologias podem ser verificadas no quadro 6. Além disso, os encontros de "*Triologue*" pertenciam e eram desenvolvidos pelos seus participantes, a intenção era desenvolver os participantes de forma que os mesmos pudessem garantir a sustentabilidade e continuidade do projeto, independentemente da presença ou ausência de qualquer um dos agentes.

Quadro 6 - *Open Dialog e Participatory Action*

CARACTERÍSTICAS DE <i>OPEN DIALOG</i> E <i>PARTICIPATORY ACTION</i>	
O diálogo deve ser baseado em trocas, evitando o direcionamento em apenas uma opinião.	Um argumento só pode ser rejeitado após uma investigação (e não por exemplo, com o fundamento de que ela provém de uma fonte com legitimidade limitada)
Todas as pessoas envolvidas no assunto sob investigação devem ter a oportunidade de participar.	Todos os argumentos a serem inseridos durante o diálogo devem ser apresentados pelos próprios participantes.
Os participantes são orientados a ajudar os outros a serem ativos no diálogo.	Todos participantes devem aceitar o fato de que outros argumentos podem ser melhores que, ou opostos aos seus.
Todos os participantes possuem o mesmo status e importância nos grupos de diálogo.	Entre as questões de discussão podem ser os papéis ocupados pelos participantes com ninguém isento de tal discussão.
A experiência é o ponto de partida para participação.	O diálogo deve ser capaz de integrar um crescente grau de desacordo.
Pelo menos parte da experiência que o participante tem ao entrar no diálogo é considerada relevante.	O diálogo deve gerar continuamente decisões que proporcionem uma plataforma para a ação conjunta.
Todos os participantes devem ter a capacidade de entender sobre os tópicos que serão discutidos no encontro.	

Fonte: GUSTAVSEN, 2001.

Tratando-se de saúde mental, alguns assuntos são comumente debatidos dentro destes grupos. Ao final de cada encontro, deveria ser votado qual assunto seria discutido no encontro seguinte e assim sucessivamente. Seguindo a metodologia de *Participatory Action* e *Open Dialog* como premissas, os encontros mensais tinham uma duração de 2 (duas) horas aproximadamente, para a discussão dos tópicos escolhidos pelo grupo. Ao longo dos seis meses de implementação dos projetos, os seguintes temas foram debatidos:

- entendimentos e dificuldades com relação à saúde mental;
- como as pessoas respondem, gerenciam e colaboram para solução dos problemas de saúde mental;

- o que é bom e o que pode melhorar nos serviços de saúde mental nas comunidades;
- como as pessoas com dificuldades mentais lidam com a estigma e discriminação;
- quem são os responsáveis pelos serviços de saúde mental nas comunidades;
- como os serviços de saúde mental podem ser promovidos nas comunidades.

Cada um dos tópicos acima foram discutidos pelo grupo ao longo dos seis meses de implementação do projeto. As ideias e conhecimentos em torno da saúde mental e a experiência de "*Triologue*" a partir de entrevistas individuais iniciais foi semelhante em todos os sites. Depois de dois meses, quando os facilitadores locais retransmitiram suas experiências de "*Triologue*" novamente, eram semelhantes as sugestões oferecidas em todos os sites de que, independentemente da infra-estrutura local em torno da saúde mental, a experiência em "*Triologue*" em si é algo que é espelhado em toda parte. Do mesmo modo, mesmo nos casos em que houve problemas contenciosos em alguns locais, a experiência esmagadora em todas as reuniões do "*Triologue*" foi positiva.

É interessante notar que, embora as entrevistas individuais e os facilitadores posteriores tivessem uma atitude negativa em relação a uma visão médica singular dos problemas de saúde mental, a linguagem que permeava as conversas estava surpreendentemente ausente do jargão médico, apesar de estar centrada em questões que poderiam ser dominadas em outras áreas. Não está claro por que neste caso, talvez parcialmente porque os tópicos foram introduzidos em uma linguagem neutra, ou que quando pessoas de diferentes perspectivas se comunicam têm que forjar uma linguagem comum.

Uma mensagem clara evoluiu, a partir de entrevistas, que o sistema de saúde mental não responde às necessidades dos cuidadores e usuários de serviços. Uma das razões identificadas foi que o sistema de saúde mental não se relaciona com as necessidades emocionais, sociais e psicológicas das pessoas e só vê as pessoas através de uma lente estreita. Um dos benefícios do "*Triologue*" foi a abertura de várias lentes para ver, entender e responder às questões de saúde mental das pessoas.

O estigma e a discriminação são difundidos na sociedade e nos serviços de saúde mental de acordo com os entrevistados e eles veem isso como um grande obstáculo na superação dos preconceitos e para que as pessoas sejam percebidas como normais ao

lado das outras na sociedade. O "*Dialogue*" foi visto como um processo útil para tentar reduzir e superar o estigma.

A educação em saúde mental, estilos de vida saudáveis e bem-estar emocional em escolas, clubes esportivos e outros grupos comunitários foi vista como importante para as comunidades serem capazes de responder a problemas de saúde mental e promover uma boa saúde mental nas comunidades.

A participação nos encontros de "*Dialogue*" foi uma experiência excitante e emocional onde as pessoas encontraram confiança, esperança, aceitação e um espaço seguro para gerar mais compreensão e oferecer suas próprias percepções em uma presença respeitosa, onde há a possibilidade de falar abertamente como um igual sem medo ou repercussões.

O "*Dialogue*" é um lugar de aprendizagem que, além dos livros ou de treinamentos que trazem experiência para a vida, fornece maior conhecimento e compreensão para todos os participantes. Ele pode ser transformador à medida em que oferece futuros alternativos e, além disso, as pessoas começam a pensar de forma diferente do que elas fizeram antes sobre a saúde mental e sua própria experiência. As principais características do projeto estão descritas no quadro 7 a seguir:

Quadro 7 - Descrição do projeto "*Mental Health Trialogue*".

CRITÉRIOS	<i>DCU: MENTAL HEALTH TRIALOGUE</i>
Estratégias para extensão universitária	"Uma relação mutuamente benéfica entre a Universidade e a comunidade, entendida no seu sentido mais amplo para abranger indivíduos e associações locais, nacionais e globais comprometidas com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural." (DCU, 2015)
Objetivos dos projetos	"Unir os usuários de saúde mental, familiares e profissionais de saúde em um ambiente de aprendizado, para que os participantes entendessem a natureza e prática de uma abordagem cooperativa e como esta leva à uma mudança nas organizações de cuidados à saúde para instigar melhorias nos serviços de saúde locais."
Estrutura dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe da universidade formada por 5 pessoas. • Forma de trabalho: <i>Participatory Action</i>. • Níveis de formação: doutorado e tecnólogo. • Área da Saúde.
Intervenções	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de intervenção: <i>Open Dialog</i>, encontros de discussão, rodas de conversa. • Abordagem do ponto de vista social. • Práticas de terapia.

Fonte: elaborado pela autora.

Embora, em princípio, a criação e realização de encontros de "*Trialogue*" sejam simples, existe uma preocupação, ansiedade e desafios remanescentes associados ao seu estabelecimento e garantia de que são seguros, positivos e sustentáveis. Além disso, o encontro tem o potencial de mudar o modo como as pessoas se envolvem umas com as outras fora das reuniões, o que seria diferente do que se não o tivessem experimentado (MCGABHANN, L *et al.*, 2012).

5.3. Análise e Discussão

Nesta seção serão feitas análises comparativas dos projetos seguindo os critérios de comparação estabelecidos pelo modelo de análise deste trabalho que são: Estratégias para Extensão Universitária, Objetivos dos Projetos, Estruturas dos Projetos e Intervenções.

5.3.1. Estratégias para Extensão Universitária

Primeiramente, traçou-se as estratégias gerais de cada instituição de ensino superior para identificar a relevância da extensão universitária perante os objetivos das universidades para atingirem sua missão. Pela perspectiva da UFOP, nota-se que na missão proposta pela universidade existe a necessidade de interação do saber científico, tecnológico e cultural para formação do ser humano em seu exercício profissional. Desta forma, percebe-se que a prática da extensão configura um dos principais objetivos para alcance de sua missão, por meio do estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo, em especial os nacionais e regionais para prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade.

Além disso, o primeiro princípio estratégico estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, configurando as práticas de extensão como um dos pilares essenciais na formação de novos profissionais e cidadãos. A existência de um órgão específico para nortear as atividades extensionistas da universidade (PROEX) reforça o protagonismo da extensão para a instituição que, por meio da mesma, busca o estabelecimento de um diálogo entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos populares como um dos resultados da pesquisa científica e das demandas da sociedade. A estrutura proposta pela PROEX e as características que devem ser observadas nos trabalhos de extensão buscam legitimar as ações da universidade neste campo, por meio da interdisciplinaridade, das iniciativas voltadas à comunidade externa e do desenvolvimento de ações que não são de responsabilidade do poder público, tudo isso sem perder o enfoque acadêmico.

Pela perspectiva da DCU, o conceito de extensão universitária é tratado como engajamento cívico, como mencionado anteriormente. Sua missão busca a transformação da vida e das sociedades por meio da educação, pesquisa e inovação e o engajamento cívico aparece como um dos objetivos para alcance da missão. Os princípios estratégicos da universidade são divididos entre essenciais e básicos, e percebe-se a presença do engajamento como 4º objetivo estratégico da universidade, a

fim de promover o engajamento ativo com as partes interessadas em nível regional, nacional e global. A universidade também dispõe de um órgão específico (*Civic Engagement Office*) para liderar e estruturar as ações de engajamento cívico e busca, por meio do mesmo, promover a participação cívica nas comunidades através do desenvolvimento de conhecimento adequado, habilidades e valores.

Observando as estratégias e os objetivos a serem alcançados por meio de práticas extensionistas, é possível perceber que ambas universidades incorporam a extensão universitária como um dos principais pilares para atingirem suas missões, embora seja perceptível que isto se dá em níveis diferentes uma vez que para a DCU, o engajamento cívico surge em 4º lugar dentro dos objetivos estratégicos enquanto para UFOP a extensão configura como primeiro, ao lado de ensino e pesquisa. Outro ponto comum entre as universidades diz quanto aos objetivos a serem alcançados por meio da extensão. Ambas universidades enxergam a necessidade de participação e diálogo com as comunidades para construção de conhecimentos, das demandas das sociedades e do perfil e habilidades das pessoas, quer elas sejam do mundo acadêmico ou não.

5.3.2. Objetivos dos Projetos

O projeto "Mentes Brilhantes" que foi articulado e promovido pela parceria estabelecida entre UFOP, quanto instituição de ensino superior, e a ASSUME teve suas atividades iniciadas no ano de 2014. Os objetivos principais do projeto buscavam a potencialização das ações coletivas de auxílio e assessoria aos usuários, familiares e amigos da saúde mental por meio da ampliação e consolidação das atividades oferecidas pela ASSUME. Atividades estas que ofereciam aos usuários oficinas como forma de tratamento alternativo à necessidade psicomotora, lazer e cultural. Desta forma, as atividades propostas pela associação incentivavam a reinserção dos usuários na sociedade, por meio do resgate da cidadania. Percebe-se pela proposta do projeto que seus objetivos principais voltavam-se para o incentivo das chamadas atividades de terapia por meio de oficinas como forma de associar fatores culturais e de lazer com sociais, como a geração de ocupação e renda. Além disso, os objetivos do projeto incentivavam o envolvimento dos usuários no processo de luta antimanicomial e de construção dos serviços de saúde, por meio das discussões que referenciavam as temáticas utilizadas pelo grupo, como cooperativismo, economia solidária, saúde mental entre outros.

Em 2011, o projeto "*Mental Health Trialogue*" foi estabelecido a partir de uma parceria entre DCU e três órgãos nacionais irlandeses, incentivados pelas diretrizes documentadas pelo Governo da Irlanda que explicitavam a necessidade de trazer usuários, familiares e profissionais da saúde mental para o planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades oferecidas pelos serviços de saúde mental. O principal objetivo do projeto constituía em trazer estes agentes juntos em um ambiente de aprendizado para que entendessem a natureza e prática de uma abordagem cooperativa e como esta levava à uma mudança nas organizações de cuidados à saúde para instigar melhorias nos serviços de saúde mental locais. Como consequência da intervenção, o projeto buscava promover a conscientização e ações em torno da saúde mental nas comunidades, fortalecer a voz das pessoas com limitações mentais e seus familiares considerando o apoio das comunidades, desenvolver fóruns nas comunidades que utilizassem o *Open Dialog* como processo de comunicação e facilitar o desenvolvimento de líderes nas comunidades detentoras de serviços de saúde mental.

É perceptível que os objetivos de ambos projetos corroboram com a ideia de construção coletiva dos serviços de saúde mental. Mesmo o projeto "Mentes Brilhantes" trabalhando em cima de serviços já prestados pela ASSUME, seus objetivos incentivavam a participação de todos agentes na melhoria coletiva destes serviços bem como a elaboração de novas formas de tratamentos alternativos aos usuários.

Uma disparidade notável entre os projetos se dá quanto aos objetivos específicos traçados para alcançar o objetivo geral. O projeto irlandês propunha o atendimento dos objetivos por meio das discussões nos encontros mensais promovidas pelo *Open Dialog*, da criação de uma rede colaborativa e do fornecimento de um fórum para times de liderança, onde acreditava-se potencializar o envolvimento das pessoas na elaboração de novos serviços de saúde mental. Ao passo que, os objetivos específicos do "Mentes Brilhantes" seriam cumpridos por meio do emprego de tecnologias sociais: atividades técnicas, oficinas de tear, costura e pintura e atividades de lazer (CINE ASSUME, Bingo ASSUME) além das discussões e palestras promovidas pelo grupo da INCOP em torno das temáticas pertinentes.

5.3.3. Estrutura dos Projetos

O projeto "Mentes Brilhantes" contava com uma equipe de execução formada por três alunos de graduação e um professor-orientador por parte da UFOP, do curso de Engenharia de Produção. Também fazia parte da equipe três monitoras das oficinas

terapêuticas, com formações nas áreas de artesanato e costura por parte da ASSUME, além dos usuários dos serviços e familiares. A forma de trabalho adotada orientou-se pela autogestão, uma vez que a participação de todos nos processos de tomada de decisão era prezada pelo grupo. Encontros semanais e mensais eram feitos para alinhamentos necessários e desempenho das atividades propostas pelo projeto.

A execução do "*Mental Health Trialogue*" pelos representantes da DCU foi desencadeada por cinco pessoas da equipe central, sendo três professores da Escola de Enfermagem, uma consultora especialista em "*Trialogue*" e um tecnólogo em educação clínica. Além dos participantes da DCU, existiam os chamados facilitadores em cada site, com o objetivo de promover a interação e participação de todos nos encontros de "*Trialogue*". Os encontros entre as equipes eram bimestrais e os encontros do projeto ocorriam mensalmente em cada site. A forma de trabalho do projeto utilizou-se das metodologias de *Participatory Action*, que prezava pela participação de todas as pessoas no processo de construção das discussões sobre os serviços de saúde mental.

Com relação às qualificações dos integrantes dos grupos, dois aspectos chamam bastante atenção para as diferenças entre as equipes formadas pelas universidades. O primeiro diz respeito às áreas de formação: o grupo brasileiro com integrantes da área de Engenharia, com representantes do curso de Engenharia de Produção e o grupo irlandês com integrantes da área da Saúde, com representantes do curso de Enfermagem. Áreas distintas do conhecimento atuando sobre projetos que tinham como foco o mesmo grupo social. Embora o grupo de trabalho da INCOP estivesse representado somente por alunos e um professor de engenharia perante ao projeto *Mentes Brilhantes*, existia a abertura para participação de outras áreas de estudo, aspecto incentivado pela interdisciplinaridade incentivada pela extensão universitária da UFOP. O segundo diz respeito ao nível de qualificação dos integrantes, pois o grupo brasileiro possuía participantes em nível de graduação e mestrado e o grupo irlandês em nível de doutorado e tecnólogo.

Esta distinção na formação dos grupos pode explicar a diferença na abordagem dos objetivos específicos dos projetos para atingirem seus objetivos gerais. Isto porque, nota-se que a abordagem da equipe brasileira possuía aspectos mais técnicos e de assessoria para potencialização das atividades, utilizando-se de tecnologias sociais para capacitação dos usuários dos serviços. Ao passo que, a equipe irlandesa buscou, de forma mais abstrata, a partir dos encontros e rodas de conversas impulsionadas pelo *Open Dialog*, facilitar a interação dos participantes nos grupos para construção de novos

modelos de serviços de saúde mental. Além disso, é perceptível em ambas equipes a adoção de uma participação plana de todos os envolvidos no projeto, organizadas sob a forma de autogestão, justamente por estarem amparadas pelos ideais de Paulo Freire. Tal análise poderá ser vista na seção a seguir.

5.3.4. Intervenções

No período de execução das atividades, o projeto "Mentes Brilhantes" enfrentou dificuldades quanto ao repasse de verbas públicas para dar início às suas atividades, desta forma, a equipe teve de executar em dois meses o escopo de um projeto que inicialmente estava previsto para ser executado em seis meses. As metodologias utilizadas na execução do projeto foram a de autogestão do trabalho, juntamente ao emprego de tecnologias sociais, ambas iluminadas pela Economia Solidária, conforme seção 5.1.5. Em paralelo, o "*Mental Health Trialogue*" desenvolveu suas atividades baseadas nas metodologias de *Participatory Action* e *Open Dialog*, conforme descrito na seção 5.2.5.

Observando as formas como se deram as intervenções por meio dos conceitos das metodologias amparadas na revisão bibliográfica deste trabalho, é possível perceber muitas similaridades, como por exemplo entre *Participatory Action* e Autogestão. As duas metodologias são fortemente amparadas por ideais de Paulo Freire, à medida em que reconhece e salienta a importância da participação de todos agentes na construção do conhecimento e das propostas de soluções para as demandas do grupo, levantadas em conjunto. Já as metodologias de *Open Dialog* e Tecnologia Social, apresentam disparidades quanto à forma de aplicação, a primeira mais abstrata, utilizando-se de diálogos e a segunda mais concreta, utilizando-se de ferramentas técnicas e de práticas de oficinas de tear, costura, artesanato e pintura. No entanto, as duas convergem no que diz respeito à construção coletiva que deve ser alcançada por meio do emprego das mesmas.

É perceptível pelos resultados de ambos projetos, que as intervenções impulsionaram o envolvimento e interação dos agentes na construção de novas abordagens quanto à temática de saúde mental e oferta dos serviços. A incitação trazida pelas metodologias de *Participatory Action* e Autogestão permearam as intervenções de discussões planas e ações coletivas, de forma a garantir a superação da estigma, a autoestima e a autonomia dos usuários para colaborarem na construção de diálogos e de atividades que verdadeiramente refletissem em serviços de saúde mental validados em

conjunto. As metodologias de *Open Dialog* e Tecnologia Social, embora utilizando-se de diferentes abordagens, construíram caminhos para que formas alternativas de serviços de saúde mental viessem à tona. Por meio do emprego de técnicas e procedimentos que incentivavam a organização coletiva, estas representaram meios de inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos grupos incubados. Percebe-se também, em ambos projetos, uma preocupação quanto à sustentabilidade das ações mediante a ausência das intervenções. No entanto, mesmo que estas não se perpetuem no mesmo grau quanto aquele em que os projetos foram aplicados, estas representaram o conhecimento de novas formas de lidar com os serviços de saúde mental, geradas pelos próprios grupos, o que, por si só, já representa uma superação da realidade até então vivenciada. A síntese da comparação entre as intervenções realizadas pelos dois projetos podem ser vistas no quadro 8 a seguir.

Quadro 8 - Critérios de comparação: aspectos observados.

CRITÉRIOS	UFOP: MENTES BRILHANTES	<i>DCU: MENTAL HEALTH TRIALOGUE</i>
Estratégias para extensão universitária	<ul style="list-style-type: none"> • Extensão universitária apresenta-se como principal objetivo estratégico da universidade, juntamente ao ensino e pesquisa. • Busca, por meio da extensão, a construção de conhecimentos, das demandas das sociedades e do perfil e habilidades das pessoas, quer elas sejam do mundo acadêmico ou não. 	<ul style="list-style-type: none"> • Extensão universitária apresenta-se como 4º objetivo estratégico da universidade. • Busca, por meio da extensão, a construção de conhecimentos, das demandas das sociedades e do perfil e habilidades das pessoas, quer elas sejam do mundo acadêmico ou não.
Objetivos dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de todos agentes na melhoria coletiva dos serviços de saúde mental bem como a elaboração de novas formas de tratamentos alternativos aos usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de todos agentes na melhoria coletiva dos serviços de saúde mental bem como a elaboração de novas formas de tratamentos alternativos aos usuários.
Estrutura dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe da universidade formada por 4 pessoas. • Forma de trabalho: autogestão. • Níveis de formação: graduação e mestrado. • Área de Engenharia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe da universidade formada por 5 pessoas. • Forma de trabalho: <i>Participatory Action</i>. • Níveis de formação: doutorado e tecnólogo. • Área da Saúde.
Intervenções	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de intervenção: tecnologias sociais. • Abordagem do ponto de vista sócio-econômico: práticas de oficinas terapêuticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia de intervenção: <i>Open Dialog</i>. • Abordagem do ponto de vista social: práticas de terapia.

Fonte: elaborado pela autora.

6. CONCLUSÃO

Novas formas de leitura do mundo fazem-se necessárias a todo instante, considerando a velocidade das mudanças dos cenários global, nacional e local. A extensão universitária constitui um dos pilares essenciais para as universidades que conseguiram captar a urgência de suas respostas perante às novas formas de organização das sociedades, de forma que, suas práticas devem ser instigadas quer seja em momentos de crise ou de estabilidade.

A busca pela interação da universidade com a comunidade local gera um compartilhamento de visão de mundo e de percepção de problemas, e, conseqüentemente, instiga a construção de propostas de solução. As intervenções mostradas neste trabalho, proporcionaram uma releitura de uma realidade conhecida, trazendo propostas de soluções que conciliaram saberes científicos com saberes populares. Desta forma, evidencia-se o protagonismo da extensão como um diálogo mutuamente benéfico entre diferentes esferas de apreensão da realidade, para que, juntas, transformem o cenário em questão.

A Economia Solidária e as metodologias de *Participatory Action* e *Open Dialog* trouxeram à luz a absoluta importância da coletividade e cooperação dos indivíduos quando se trata sobre a construção de práticas e serviços comuns. Além disso, evidenciou como fatores emocionais, de superação da estigma e de autodomínio constituem aspectos cruciais nesta mesma construção. Também é possível salientar algumas diferenças quanto às metodologias, como por exemplo o fato da ES representar e incorporar um conjunto de atividades ligadas ao fator econômico, o que não existe nas metodologias adotadas pelos irlandeses. Tal fator poderia ter ligação com os tipos de atividades desenvolvidas por cada projeto: o brasileiro mais técnico e voltado para práticas vinculadas à geração de trabalho e renda e o irlandês voltado para os encontros de *Trialogue* como atividade.

Cada vez mais, têm-se buscado a multidisciplinaridade e envolvimento de diferentes níveis de instrução e conhecimento para atuarem na análise e solução de problemas reais. Neste trabalho em específico, ficou evidente como a questão da construção coletiva dos serviços de saúde, que é comum aos dois projetos, pode ser abordada por diferentes equipes, em diferentes regiões, mas com um propósito comum: superar a realidade vigente e trazer à tona novos serviços de saúde mental validados a

partir do compartilhamento de visão de mundo de todas pessoas envolvidas no processo de construção dos serviços.

Os ideais de Paulo Freire exerceram importante influência por meio das metodologias aplicadas nas intervenções dos dois projetos mostrados neste trabalho. Por meio de discussões e reflexões, Freire traz à luz a necessidade de se ensinar o indivíduo a pensar e problematizar a realidade a qual este vivencia, para que ele consiga se compreender como um ser social transformador de seu contexto. Uma vez que o indivíduo reconheça sua situação e papel em determinada sociedade, este buscará pela igualdade, livrando-se da condição de oprimido. Além disso, Freire traz à tona os elementos da ação dialógica, fundamentada na colaboração, compartilhamento de visões e síntese cultural. Esta abertura ao diálogo e à colaboração permite a compreensão de um indivíduo pelo outro e vice versa, além de respeitar sua cultura. A organização e união também representa um sinal de liberdade para os indivíduos, pois fundamenta a compreensão e traz um senso de participação ativa em novas estruturas sociais. Foi perceptível que ambos projetos permearam-se destes principais ideais de Freire para praticarem suas intervenções e desta forma buscarem a interação coletiva para diagnosticar, problematizar e propor soluções para reconfiguração da realidade dos serviços de saúde mental vivenciada por cada uma das comunidades.

Ainda sim, a extensão universitária apresenta um vasto campo a ser explorado, seja na abrangência de suas ações para áreas que ainda não foram tangenciadas, ou por meio de aprimoramentos nas intervenções que já são dadas por intermédio da mesma. No caso das intervenções apontadas neste trabalho, um possível ponto de aprimoramento nos estudos diz respeito à criação de indicadores para mensurarem a aderência dos usuários às novas práticas de serviço propostas pelo grupo. Por meio da avaliação da quantidade de pessoas que participaram antes e depois das intervenções, seria possível traçar novas estratégias de serviços baseadas na receptividade ou não que a atividade teve pelo grupo.

Proporcionar a superação da realidade por meio de ações conjuntas que envolvam todos agentes inseridos na mesma, configura um dos principais objetivos da extensão universitária, para que, desta forma, crie-se condições de transformar-se a vida, buscando sempre a construção de uma sociedade mais justa, soberana e democrática.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F.; SALOMÃO, S. Economia solidária e empreendedorismo: vertentes antagônicas ou parceiras na geração de trabalho e renda? **In: Seminário Franco-Brasileiro sobre Economia Solidária e as novas configurações do trabalho.** Campinas, SP, Brasil, 2009.

ALVES, J. SERAFIM, V. AVELINO, R. ALMEIDA, T. MAGALHÃES, L. Processo de incubação em associações da área de saúde mental: experiências, desafios e perspectivas de trabalho. **In: VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária.** Ouro Preto, MG, Brasil, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** OPAS. Brasília, 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005b.

BAKHTIN, M. **The dialogic imagination: four essays.** Austin: University of Texas Press, 1981.

BOLAND, J., Positioning Civic Engagement on the Higher Education Landscape: Insights from a Civically Engaged Pedagogy. **Tertiary Education and Management**, 17 (2), pp.101-115, 2011.

BORINELLI, B. et al. **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional** – Londrina: UEL, 2010.

CAMPUS ENGAGE. **Civic Engagement, Student Volunteering and Active Citizenship, SIF 1 Proposal.** Galway: Campus Engage, 2006.

CHEVARRIA, D.G; GOMES, F.C.R. Relação entre observador e realidade nos paradigmas positivista, interpretativista e complexo: E aí Juíz, foi ou não foi pênalti? **In: III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**, 2013, Florianópolis - SC.

DEPARTMENT OF HEALTH **Report of the Commission of Inquiry on Mental Illness**. Dublin: Stationery Office, 1966.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Ed Moraes, 1980.

_____. **Extensão ou Comunicação**. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 45a Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU /MEC. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada. Brasil, 2012.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 20 fev. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v.35, n. 3, p.20-29, June 1995.

GOVERNMENT OF IRELAND. **Mental Health Act**. Stationary Office, Dublin. (2001a)

GOVERNMENT OF IRELAND. **Quality and Fairness: A Health System for You.** Stationary Office, Dublin. (2001b)

GOVERNMENT OF IRELAND. **Vision for Change: Report of the Expert Group on Mental Health Policy.** Stationary Office, Dublin. (2006)

GUSTAVSEN, B. **Theory and practice: the mediating discourse.** London: Sage, 2001.

LEHFELD, N. A. S.; Barros, A. J. P. B. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas.** Petrópolis: Vozes, 1991, 102p.

LUCIO, CLEMENTE GANZ. Desafios para o crescimento e o emprego. **Estud. av.**, São Paulo , v. 29, n. 85, p. 21-33, Dec. 2015.

LYONS, A. MCILRATH, L. **Survey of Civic Engagement Activities in Higher Education in Ireland.** Galway: Campus Engage. 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MENTAL HEALTH COMMISSION **Quality in Mental Health – Your Views. Report on Stakeholder Consultation on Quality in Mental Health Services.** Dublin: Mental Health Commission, 2001.

MCGABHANN, L *et al.* **Mental Health Trialogue Network Ireland: transforming dialogue in mental health communities.** Dublin: Dublin City University: 2012.

MCILRATH, L., LYONS, A. & MUNCK, R. **Higher Education and Civic Engagement - Comparative Perspectives.** New York: Palgrave Macmillan, 2012.

NOGUEIRA, M. **Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual**. In: FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília. UNB: 2001.

OLIVEIRA, V.F; PINTO, D.P. Educação em Engenharia como área do conhecimento. In: **COBENGE 2006 - XXXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, 2006, Passo Fundo - RS. Anais**, Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo 2006 v. CD.

SINGER, P. **Autogestão contra o desemprego**. São Paulo, Folha de São Paulo, 22 jun/ 1997.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SERRANO, R. M. S. 2008. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: www.prac.ufpb.br/.../conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 16 fev 2016.

RODRIGUES, A. PRATA, M. BATALHA, T. COSTA, C. NETO, I. 2013. **Contribuições da extensão universitária na sociedade**. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>> Acesso em: 5 de maio 2016.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

WANDERSMAN, A. **Psychology and Community Change: Challenges of the future**. USA: Dorsey Press, 1984.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989, p. 23.